



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Júlia Andrade da Silva Rosa

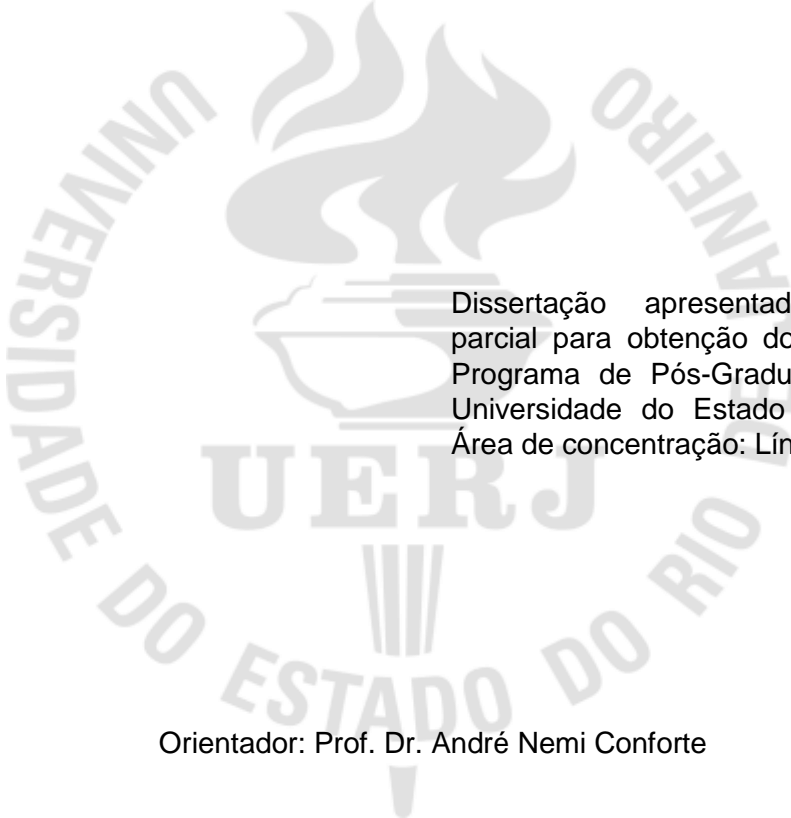
**A explicitação da ironia por intermédio da expressão “só que não” em textos digitais: um estudo sobre a confluência entre estratégia de concessão e ironia a partir da perspectiva polifônica.**

Rio de Janeiro

2024

Júlia Andrade da Silva Rosa

**A explicitação da ironia por intermédio da expressão “só que não” em textos digitais: um estudo sobre a confluência entre estratégia de concessão e ironia a partir da perspectiva polifônica.**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. André Nemi Conforte

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

R788	<p>Rosa, Júlia Andrade da Silva. A explicitação da ironia por intermédio da expressão “só que não” em textos digitais: um estudo sobre a confluência entre estratégia de concessão e ironia a partir da perspectiva polifônica / Júlia Andrade da Silva Rosa. – 2024. 86 f.: il.</p> <p>Orientadora: André Nemi Conforte. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Análise do discurso – Teses. 2. Ironia – Teses. 3. Twitter (Rede social on-line) – Teses. 4. Língua portuguesa – Palavras e expressões – Teses. I. Conforte, André, 1971- II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 82.085</p>
------	---

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Júlia Andrade da Silva Rosa

**A explicitação da ironia por intermédio da expressão “só que não” em textos digitais: um estudo sobre a confluência entre estratégia de concessão e ironia a partir da perspectiva polifônica.**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 31 de janeiro de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. André Nemi Conforte

Instituto de Letras - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Michelle Gomes Alonso Dominguez

Instituto de Letras - UERJ

---

Prof. Dr. Fabio André Cardoso Coelho

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2024

## AGRADECIMENTOS

À minha família: Michele, Jaque, André, Marcelo, Tia Detinha, Tio Jorginho, Laura, Eduarda e Alice por todo amor e apoio que sempre me deram, inclusive no processo de escrita desta dissertação.

À minha mãe, Janaína, uma das maiores incentivadoras da minha carreira acadêmica, que sempre me apoiou, me deu todo o suporte necessário e confiou em mim desde o dia da minha aprovação para o Mestrado.

Ao meu pai, Paulo, minha maior referência tanto na vida quanto na profissão, que me ensinou a gostar da Língua Portuguesa desde criança.

À minha avó, Elisete, pelo amor puro, orações, palavras de motivação, momento de descontração e conversas.

Ao meu irmão, Victor, meu melhor amigo de toda a vida, que nunca soltou da minha mão em momento nenhum.

Ao meu parceiro de vida e de profissão, Patrick, pela paciência, carinho, interlocução e por nunca deixar de acreditar em mim.

A todos os meus amigos: Mara, Isabella, Larissa, Nina, Nathan e Bruna por todo amor e motivação.

Ao meu orientador, André Conforte, pela paciência, ensinamentos e contribuições tão importantes para esta pesquisa.

À professora Michelle Alonso e ao professor Fábio Coelho pela disponibilidade, atenção e contribuição agora e ao longo de toda a minha jornada na Faculdade de Letras – UERJ.

## RESUMO

ANDRADE, Júlia Andrade da Silva. *A explicitação da ironia por intermédio da expressão “só que não” em textos digitais: um estudo sobre a confluência entre estratégia de concessão e ironia a partir da perspectiva polifônica*. 2024. 86 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Este trabalho tem como objetivo estudar a explicitação da ironia, por intermédio da expressão “só que não”, especialmente em textos reproduzidos na rede social Twitter. Com isso, busca-se investigar, nesta pesquisa, o movimento que a explicitação faz em um enunciado irônico, considerando-se a relação entre a ironia e a estratégia de concessão. Considerando-se que a expressão “só que não” foi criada na internet, o *corpus* de análise consistirá em tuítes que contemham o explicitador em todas suas formas encontradas: enquanto sintagma, sigla e hashtag. O arcabouço teórico se baseia na Teoria Polifônica de Oswald Ducrot (1987 e 1990), cujo trabalho explica conceitos como a multiplicidade de vozes de um enunciado, elementos como enunciador e locutor, além da ironia como polifonia. Juntamente a isso, será estudada a estratégia de concessão para que se explique a solução de explicitador de ironia. Os estudos de concessão se baseiam nas definições de Azeredo (2011), Cunha e Cintra (2017) e Koch (2004), além de contar com reflexões de Oliveira (2000). A partir destas definições, a pesquisa será desenvolvida, uma vez que um texto irônico se constitui de um enunciado que exprime um ponto de vista contrário a um ponto de vista do locutor e a estratégia de concessão consiste na apresentação de um argumento contrário à tese não para reforçá-la imediatamente, mas para enfraquecê-lo e, conseqüentemente, reforçá-la.

**Palavras-chave:** Explicitação. Ironia. Enunciação polifônica. Estratégia de concessão.

Discurso.

## RÉSUMÉ

ANDRADE, Júlia Andrade da Silva. *L'explicitation de l'ironie à travers l'expression « só que não » dans les textes numériques : une étude sur la confluence entre stratégie de concession et ironie dans une perspective polyphonique*. 2024. 86 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Ce travail vise à étudier l'explicitation de l'ironie, à travers l'expression « só que não », notamment dans les textes reproduits sur le réseau social Twitter. Avec cela, nous cherchons à étudier, dans cette recherche, le mouvement que fait l'explicitation dans un énoncé ironique, en considérant la relation entre l'ironie et la stratégie de concession. Étant donné que l'expression « só que não » a été créée sur Internet, le corpus d'analyse sera constitué de tweets contenant l'explicitation sous toutes ses formes trouvées : sous forme de phrase, d'acronyme et de hashtag. Le cadre théorique est basé sur la théorie polyphonique d'Oswald Ducrot (1987 et 1990), dont les travaux expliquent des concepts tels que la multiplicité des voix dans un énoncé, des éléments tels que l'énonciateur et le locuteur, ainsi que l'ironie comme polyphonie. Parallèlement à cela, la stratégie de concession sera étudiée pour expliquer la solution de l'ironie explicite. Les études de concession s'appuient sur les définitions d'Azeredo (2011), Cunha et Cintra (2017) et Koch (2004), en plus, des réflexions d'Oliveira (2000). Sur la base de ces définitions, la recherche sera développée, puisqu'un texte ironique consiste en un énoncé qui exprime un point de vue contraire au point de vue du locuteur et la stratégie de concession consiste à présenter un argument contraire à la thèse pour ne pas le renforcer immédiatement, mais pour l'affaiblir et par conséquent le renforcer.

**Mots-clés** : Explicitation. Ironie. Énonciation polyphonique. Stratégie de concession. Le discours.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Materialidade digital #sqn. ....	17
<b>Figura 2</b> – Materialidade digital #sqn. ....	17
<b>Figura 3</b> – Materialidade digital #VidasPretasImportam.....	18
<b>Figura 4</b> - Rascunho em Fleurs du mal.....	31
<b>Figura 5</b> - Definição de ironia em Nouveau Larousse Illustré.....	32
<b>Figura 6</b> - Ponto de ironia criado por Hervé Bazin .....	34
<b>Figura 7</b> - Trecho de Plumons l’oiseau.....	34
<b>Figura 8</b> - Ponto de ironia proposto por Ziraldo.....	35
<b>Figura 9</b> - Postagem do Twitter.....	42
<b>Figura 10</b> - Postagens do Twitter.....	44
<b>Figura 11</b> - Postagem do Twitter.....	45
<b>Figura 12</b> - Postagem do Twitter.....	46
<b>Figura 13</b> - Postagem do Twitter “contém ironia” .....	47
<b>Figura 14</b> - Captura de tela da entrevista de Raquel Marques à TV Vanguarda.....	48
<b>Figura 15</b> – Ironia em dimensão argumentativa – crítica. ....	50
<b>Figura 16</b> - Postagem do Twitter #sqn. ....	65
<b>Figura 17</b> - Postagem do Twitter “só que não” .....	68
<b>Figura 18</b> - Postagem do Twitter “só que não”.....	70
<b>Figura 19</b> – Postagem do Twitter “SQN” .....	73
<b>Figura 20</b> – Postagem do Twitter “#soquenao” .....	75
<b>Figura 21</b> – Postagem do Twitter “#sóquenão” .....	77



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1 O DISCURSO E O CONTEXTO DIGITAL</b> .....	12
<b>2 EXPLICITADOR “SÓ QUE NÃO” E SUAS FORMAS</b> .....	21
<b>3 A IRONIA</b> .....	23
3.1 Ironia explicitada .....	27
3.2 A ironia a partir de algumas perspectivas .....	36
3.2.1 Ironia como tropo – antífrase e hipérbole .....	36
3.2.2 Ironia como menção .....	39
3.2.3 Ironia como paradoxo .....	40
3.2.4 Ironia em dimensão argumentativa .....	48
3.2.5 Ironia como polifonia .....	51
<b>4 TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIÇÃO DE DUCROT</b> .....	54
<b>5 A ESTRATÉGIA DE CONCESSÃO E SUA CONFLUÊNCIA COM A IRONIA</b> .....	58
<b>6 ANÁLISE DOS TUÍTES</b> .....	64
6.1 Análises .....	65
6.2 Comentário final sobre as análises .....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	81
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	84

## INTRODUÇÃO

O tema que permeia a problemática desta pesquisa é o da explicitação da ironia, principalmente em textos veiculados em redes sociais – especificamente o Twitter<sup>1</sup>. O uso da expressão “explicitação da ironia” resulta de uma percepção, ainda que empírica, de que existe cada vez mais a preocupação do locutor em dizer que há uma ironia em seu texto, alertando e conduzindo a leitura de forma que seja compreendido pelo interlocutor. Levando-se em consideração o caráter facilitador da internet, no que diz respeito à distribuição de conteúdo, pode-se afirmar que esses textos irônicos chegam até mais leitores. Entretanto, deve-se ponderar que, na medida em que a ironia é difundida e chega a muitos leitores, ela também é interpretada de diversas formas. Dessa forma, é preciso levar em consideração as condições de produção de determinado texto/discurso, ou seja, em que contexto, quando e por quem foram enunciados.

Para a Análise do Discurso, a noção de condições de produção é fundamental. Segundo Orlandi (2001, p. 30), as condições compreendem precipuamente os sujeitos e a situação, sabendo-se que, estritamente, remetem para as condições de enunciação, ao passo que, de forma mais ampla, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico e ideológico. Assim sendo, a ação do contexto não se limita a fatores imediatos e, portanto, aos diferentes discursos que são produzidos – notam-se relações não unívocas entre linguagem, pensamento e mundo.

Aliado a isso, o conceito de memória também se insere na produção do discurso, isto é, a memória discursiva desempenha um papel importante no discurso quando ela “aciona” a produção discursiva (ORLANDI, 2001, p. 31). A saber, a memória, em relação ao discurso, pode ser entendida como um interdiscurso<sup>2</sup>. Em outras palavras, a memória discursiva funciona como um acervo de enunciados que se repetem e que formam uma regularidade discursiva que, então, recorre a significados através dos que já foram estabelecidos em outras enunciações.

---

<sup>1</sup> Em finais de julho de 2023, o Twitter foi renomeado para X. Manteremos aqui a expressão “Twitter”, seja pela ampla disseminação do vocábulo, seja pela irrelevância dessa alteração para o escopo deste trabalho.

<sup>2</sup> “Aquilo que se fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2001, p. 31).

Desse modo, tendo em vista que uma das propostas da Análise de Discurso é considerar a relação da linguagem com a exterioridade, ou seja, com as condições de produção do discurso, interessam, pois, questões como: *qual é a relação entre o falante e o ouvinte? Quando foi falado? Qual é o contexto em que cada um fala?* Ademais, de acordo com Pêcheux (1990), nas condições de produção, estão presentes formações imaginárias, isto é, imagens que o falante tem de si próprio e de seu ouvinte. Conseqüentemente, ao realizar algum discurso, o locutor imagina a possível interpretação que o interlocutor terá e como a mensagem será compreendida. Segundo Orlandi (2001, p. 30), as condições de produção “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso”. A interpretação é sempre regida por condições de produção específicas, já que é produto da história.

No caso da ironia, a enunciação será realizada com o intuito de que seja compreendida. Por serem constitutivas do discurso e por não haver qualquer marca linguística exclusiva – em tese – que indique o diálogo entre discursos, frequentemente, as relações dialógicas da ironia passam despercebidas e, por isso, não são interpretadas se os locutores e interlocutores não compartilham das mesmas práticas discursivas.

Atualmente no Brasil, nas mídias como o próprio Twitter, ou a imprensa profissional, com o receio de se ver incorporado ao grupo que defende um ponto de vista contrário, o locutor se força a explicitar a ironia, lançando mão de explicitadores para se fazer entender e renunciando àquilo que se convencionou chamar de *ironia fina*<sup>3</sup>.

Em termos simples, o objetivo do que desenvolvemos neste trabalho é estudar o que aqui se identifica como uma espécie de explicitação da ironia que, na verdade, não é novidade na esfera discursiva, principalmente em textos veiculados na imprensa profissional e nas redes sociais. Esse estudo consiste na reflexão acerca da perspectiva polifônica de ironia, aliada à noção de estratégia concessiva, em que se objetiva apresentar um argumento para, depois enfraquecê-lo e, portanto, negá-lo.

---

<sup>3</sup> A nosso ver, a ironia é, de fato, “fina”, no sentido de que esse adjetivo sugere algo que é essencial à ironia: a sutileza. Portanto, trata-se algo nem sempre perceptível a um leitor desatento.

Inicialmente, o *corpus* deste trabalho seria constituído de crônicas que geraram controvérsia na mídia profissional e nas redes sociais. A propósito, toda a reflexão que resultou nesta dissertação se deu depois de se tomar conhecimento a respeito de uma polêmica ocorrida pela publicação da crônica “Guinada à direita”, de Antonio Prata, escritor, cronista e roteirista brasileiro, na *Folha de S. Paulo*, em 2013. Nessa crônica, Prata faz uso da *ironia fina* ao constatar que o problema do país era uma “suposta supremacia dos negros, homossexuais, feministas, índios”. No entanto, no dia seguinte à publicação da crônica, na coluna *Painel do Leitor* do mesmo jornal, o escritor, além de receber uma série de críticas por conta das declarações absurdas, também recebeu mensagens positivas elogiando a coragem por “dizer a verdade” em público. Por conta disso, Antonio Prata se viu na obrigação de responder a esses comentários com uma nova crônica, “Abaixo, a ironia”, em que explica que tudo o que foi dito não passava de uma sátira do discurso furioso que ele identificava na direita brasileira. A intensa participação de leitores concordando ou não com o cronista resultou num interessante testemunho de uma ironia mal compreendida. Pensamos, então, em buscar novas situações semelhantes e atuais, já que há questões de ironia mal compreendida em crônicas como *A audácia!* e *Fora, Povo!*, de Luis Fernando Verissimo, e em canções como *Mulheres de Atenas*, de Chico Buarque e Augusto Boal.

Entretanto, durante o percurso no mestrado, os olhares foram ficando cada vez mais atentos à explicitação por meio da hashtag #sqn, quando escrito, e mesmo a expressão falada “só que não”, inclusive em meios de comunicações formais, como telejornais, crônicas, reportagens e notícias de jornais impressos. Buscando ilustrar o que chamamos anteriormente de “ironia grossa”, usaremos como elemento principal a expressão “só que não” que, por ser recente e absorvida pelo discurso dos jovens com o intuito de desconstruir a ideia sutil da ironia, será o explicitador investigado neste trabalho, tendo sempre em mente que pode haver expressões de valor semelhante, mas com a consciência dos limites naturais de uma dissertação de mestrado, optou-se por tratar de somente um explicitador.

O *corpus* será constituído, portanto, de pequenas postagens<sup>4</sup> retiradas da rede social Twitter, onde se observam explicitadores da ironia funcionando como uma espécie de direcionador interpretativo. Os tuítes foram selecionados priorizando

---

<sup>4</sup> Doravante, *tuítes*.

textos em que a perífrase conjuncional “só que” acrescida do advérbio de negação “não” aparecesse de diversas maneiras: enquanto sintagma “só que não”, sigla “SQN”, “sqn” e hashtags “#sqn”, “#sóquenão”, “#soquenao”. Nota-se um papel relevante de operador argumentativo que objetiva esvaziar o sentido da ironia, uma vez que é explicitada ao final do texto, fazendo com que, então, a ironia se tornasse uma lacuna preenchida por um argumento mais forte.

Desse modo, ao fazer esse movimento de preencher a lacuna irônica com um argumento mais forte, é necessário falar da convergência entre a ironia e a concessão, já que esta parece estar especializando-se como explicitação. É importante observar que, quando falamos aqui de “estratégia da concessão”, fazemos referência à articulação entre a concessão e a restrição, em que a primeira exprime um ponto de vista contrário ao do locutor e a segunda exprime o argumento favorável a ele. Dessa forma, a locução “só que não” tem valor de restrição (tradicionalmente classificada como “adversativa”), tendo a função de retomar a tese do locutor: esta é a base para a explicitação da ironia.

Considerando-se, sumariamente, que a ironia é um recurso por meio do qual se diz o contrário daquilo que se quer fazer entender, as instruções de ironia presentes em um texto talvez estejam cada vez menos perceptíveis. Progressivamente, polêmicas originadas da incompreensão desse recurso retórico têm chamado a atenção em diversos contextos midiáticos de nossa sociedade (especialmente redes sociais e imprensa profissional), e acredita-se que isso enseja uma investigação mais acurada e justifica o trabalho que será proposto. Na obra *O dizer e o dito*, Oswald Ducrot desenvolve a ideia de “ironia como polifonia”, afirmando que

falar de modo irônico é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade e, mais que isso, que ele considera absurda. Mesmo como sendo dado como o responsável pela enunciação, L não é assimilado a E, origem do ponto de vista expresso na enunciação (DUCROT, 1987, p. 198).

É a partir desta definição, portanto, que a pesquisa será desenvolvida, uma vez que um texto irônico se constitui de um enunciado que exprime um ponto de vista contrário a um ponto de vista do locutor (o ser de palavra, para Ducrot). Este trabalho busca estudar a explicitação da ironia, buscando entender os traços

semelhantes entre a figura de linguagem e a estratégia de concessão. A metodologia desta pesquisa se baseia em uma reflexão a respeito dos assuntos que envolvem estudos da ironia, da análise do discurso e da estratégia de concessão que, ao final, servirão de suporte para análises das ocorrências da locução “só que não” em postagens do Twitter. Dessa maneira, entende-se que esta dissertação tem como método de investigação a pesquisa qualitativa.

O trabalho está dividido em cinco capítulos; o primeiro busca apresentar brevemente noções básicas da Análise do Discurso, principalmente de acordo com os estudos linguísticos de Pêcheux (1990), Mitmann (2007), Gadet e Hak (1990) e Orlandi (2001). Além disso, serão mencionados estudos a respeito da Análise do Discurso Digital, baseando-se na autora Marie-Anne Paveau (2022) e objetivando esclarecer alguns pontos do contexto digital e do uso da hashtag. O segundo capítulo busca apresentar o sintagma “só que não” e suas outras formas, além de apresentar um pouco a visão de Longhin (2003) a respeito do “só que”, ao que ela chama de perífrase conjuncional. O terceiro capítulo pretende mostrar, em um primeiro momento, uma percepção geral do que é a ironia; em um segundo momento, faz-se um percurso histórico da explicitação da ironia por intermédio do *point d'ironie*, e, em seguida, uma apresentação de diferentes perspectivas da ironia, sendo elas: ironia como tropo, ironia como menção, ironia como paradoxo e ironia como polifonia. Para tanto, faz-se uso dos estudos de Perrin (1996), Kierkegaard (1991), Muecke (2020), Authier-Revuz (1982), Chareaudeau e Mainguenu (2002), Kerbrat-Orecchioni (1980) Sperber e Wilson (1990), Berrendonner (1981) e Ducrot (1987). O quarto capítulo se propõe a apresentar a proposta de Ducrot (1987 e 1990) a respeito de sua teoria polifônica da enunciação, considerando-se ser um caminho possível para o melhor entendimento de uma ironia por conta da multiplicidade de vozes. O quinto capítulo tem como objetivo reunir estudos acerca da estratégia de concessão, dando foco às reflexões de Azeredo (2011) e Cunha e Cintra (2017), explorando o estudo de Oliveira (2000) e as reflexões a respeito das “Relações discursivas ou argumentativas” para Koch (2004), além de apresentar argumentos que mostrem a semelhança entre a estratégia de ironia e a estratégia de concessão. No sexto capítulo, serão apresentadas as análises de dos seis tuítes selecionados, reunindo argumentos que reforçam a ideia da confluência entre ironia e concessão e esquematizando as sentenças de modo a conseguir enxergar as múltiplas vozes do discurso.

## 1 O DISCURSO E O CONTEXTO DIGITAL

Este capítulo tem o objetivo de apresentar algumas ideias da Análise do Discurso, principalmente baseadas na AD de corrente francesa. Para que um enunciado seja compreendido, é preciso entender elementos discursivos, tais como relação entre materialidade linguística e funcionamento discursivo, formação discursiva, porosidade, prática discursiva etc. Além disso, já que o *corpus* desta pesquisa consiste em postagens retiradas da internet, faz-se necessário mencionar os estudos da Análise do Discurso Digital. Alguns elementos do funcionamento do discurso on-line, como hashtags, tecnodiscurso relatado e materialidade digital devem ser abordados para um melhor entendimento do discurso cibernético.

Michel Pêcheux, filósofo francês precursor dos estudos da Análise do Discurso (doravante AD), entende linguagem como algo que se materializa na ideologia, que, por sua vez, se manifesta na linguagem. Diante disso, pode-se dizer que Pêcheux concebe o discurso como um efeito de sentidos dentro da relação linguagem-ideologia. A partir de uma análise do funcionamento discursivo, o filósofo busca explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação. A noção de discurso tem sua particularidade elaborada na AD a partir da relação língua-história, isto é, para que produzir sentidos, é preciso que se combine a língua com a história, formando, pois, a forma material da Análise do Discurso: a materialidade linguístico-histórica. Para que se pense em língua como forma material, é necessário que ela seja entendida como opaca. Ao unir a língua com o externo, a AD realiza a de-superficialização dos sentidos, rompendo os efeitos da ideologia e analisando os deslizamentos de sentido (paráfrases, metáforas, sinonímias...).

Solange Mittmann (2007) concebe texto como “uma unidade linguística para a análise do funcionamento discursivo e de suas condições históricas de produção/leitura” (p. 153). Mittmann cita, a propósito, o quadro epistemológico delineado por Pêcheux e Fuchs (1975), em que o fator histórico e o linguístico são interligados em uma teoria do discurso, que é permeada pela teoria psicanalítica. Assim, pode-se dizer que a fundamentação de uma teoria do discurso implica uma mudança de terreno que faz com que conceitos exteriores à língua intercedam no domínio da Linguística. Gadet e Hak esquematizam **língua** como sendo uma análise dos mecanismos sintáticos e dos funcionamentos enunciativos, enquanto **discurso**

é estruturado como sendo uma análise de um *corpus* de objetos discursivos (objetos linguisticamente de-superficializados), “que funcionam como autodicionário” (GADET, F.; HAK, T., 1990 p 181). Para Orlandi, pode-se entender que o texto é a materialidade do discurso, isto é, o texto está inserido no campo da língua, dos efeitos de sentidos estabelecidos entre a relação linguística com a história.

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. O que faz ele diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura (ORLANDI, 2001, p. 63).

Em se tratando das relações estabelecidas entre a materialidade linguística e o funcionamento discursivo, em *Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise*, de Solange Mittmann, podemos depreender que, para que uma materialidade linguística possa fazer sentido, é preciso conectá-la a formações discursivas, que fazem parte de um “já dito”, que ficam na memória e que são pontos de enlace, oposição, atravessamento, porosidade. De forma mais categórica, Gadet e Hak afirmam que o funcionamento discursivo só pode ser entendido como um processo social, a partir do momento em que compreendemos que sua especificidade se encontra em um tipo de materialidade linguística (GADET, F.; HAK, T., 1990p. 179). Considerando que a noção de discurso tem sua particularidade elaborada na AD a partir da relação língua-história, e que cabe aos analistas compreenderem tal relação, buscando ir além das regras e dos sistemas para chegar às falhas, Eni Orlandi entende que, a partir de um lugar material, o estudioso do discurso compreende o funcionamento discursivo. Desse modo, visando a compreender como os efeitos de sentido são produzidos, a AD trabalhará com os gestos de interpretação dos sujeitos (levando em consideração, é claro, a relação entre língua e história).

Inicialmente, para Foucault, era importante que se estabelecessem as regularidades dos sistemas de *dispersão*, ou seja, como os sentidos se dividem em determinadas regiões. Em *Arqueologia do Saber* (2008), o filósofo defende que, quando se pode descrever o sistema de tal dispersão/afastamento, se fala em formação discursiva.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos,



transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Em contrapartida, para Pêcheux, a questão das formações ideológicas será predominante na formação das regiões de sentido, isto é, nas formações discursivas. Portanto, o discurso, para Pêcheux, pertence ao domínio da ideologia.

[...] se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a *espécie* discursiva pertence, assim pensamos, ao *gênero* ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar "comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...]" (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, p.166).

Para que o estudo seja pertinente, considerando-se a porosidade<sup>5</sup> do discurso, Pêcheux se apropria da noção de formação discursiva e introduz a relação com a ideologia. Além disso, a noção de interdiscurso mais uma vez se relaciona à noção de formação discursiva. Atentando-se para o fato de que a formação discursiva é entendida como aquilo que pode e deve ser dito, o interdiscurso é algo que se sustenta, de forma oculta, mas que se revela produzindo sentido, uma vez que consiste na relação entre um discurso "novo" e um outro já existente, isto é, um conjunto de ideias que se apropria de outras que já foram configuradas anteriormente.

Na dimensão de discurso enquanto prática discursiva, é relevante dizer que a Análise do Discurso propõe que seja levado em consideração o fato de que os textos são produzidos de formas particulares e em contextos sociais específicos. Desse modo, visto que os textos são produzidos de formas particulares, eles são consumidos de formas diferentes e em contextos sociais diversos, a depender da prática discursiva de cada interlocutor. Vale destacar, também, a questão da distribuição dos discursos; quanto mais difundido o discurso for, mais possibilidades de interpretação e de consumo existirão. Há as distribuições simples, que podem ser consideradas conversas casuais; ou, então, há as distribuições complexas, que são os textos e postagens publicados na internet. Essa talvez seja a causa da má interpretação da dita ironia fina, em determinados textos, por parte de leitores brasileiros, o que acarretaria uma necessidade de explicitação textual desse recurso

---

<sup>5</sup> Para Pêcheux, a porosidade do discurso está atrelada à questão da heterogeneidade discursiva, no sentido de que regiões discursivas se imbricam.

de linguagem. Além disso, será discutido nesta dissertação o surgimento de uma “ironia grossa”, no sentido de que o adjetivo “grossa” sugere algo que vai de encontro à ideia de sutileza, que é a essência da ironia.

Aliado a isso, acredita-se ser pertinente mencionar a noção de Condições de Produção, segundo Michel Pêcheux (1990). Em determinado discurso, podem-se identificar as formações imaginárias, isto é, imagens que o falante tem de si próprio e de seu ouvinte. Assim, ao realizar algum discurso, o locutor imagina a possível interpretação que o interlocutor terá e como a mensagem será compreendida. Quando a imagem de si próprio combina com a imagem do ouvinte, ou seja, ao passo que compartilham a mesma prática discursiva, a mensagem será entendida. Quando isso não acontece, isto é, quando as práticas discursivas divergem, temos resultados interpretativos diferentes. Ao que tudo indica, este é o caso da ironia mal compreendida. Uma vez tendo grande distribuição discursiva – sobretudo complexa –, muitas vezes o texto irônico não é entendido enquanto tal, considerando-se o desconhecimento, por parte do leitor, do contexto social em que o discurso foi proferido.

Trazendo a discussão para o contexto digital, Marie-Anne Paveau é um dos grandes nomes que explora os campos da análise discurso da internet. Em sua obra *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas* (2022), Paveau defende que a análise do discurso digital tem como objetivo descrever e estudar o “funcionamento de produções languageiras nativas da internet” (PAVEAU, 2022, p.65). É relevante mencionar que se opta pelo sintagma “nativas da internet” para diferenciar as produções criadas e distribuídas na própria internet – considerando-se seus espaços característicos e ferramentas específicas – das produções que nasceram em papéis físicos e foram transpostas para o espaço digital por meio de digitalizações ou fotografias, por exemplo. A autora discute a diferença entre o linguístico e o extralinguístico e estabelece uma ligação entre o que foi enunciado e o ambiente em que o discurso foi produzido. Esta ligação não é algo novo e específico do contexto digital, tendo em vista os estudos de formação discursiva e de condição de produção para uma análise do discurso pré-digital<sup>6</sup>, mas é necessário ter em conta que o discurso digital tem particularidades, como usos de

---

<sup>6</sup> Paveau usa o par “digital”/“pré-digital” para diferenciar discursos on-line de discursos analógicos.

hashtags, tecnodiscurso relatado<sup>7</sup>, algoritmo, etc. Desse modo, Paveau conclui que a análise do discurso digital é uma “ecologia do discurso” (idem, p.167).

A perspectiva ecológica é particularmente necessária para analisar os discursos digitais nativos por várias razões: as formas tecnolinguageiras possuem componentes tecnológicos que uma análise logocentrada descartaria; a produção e a recepção discursivas on-line implicam gestos de escreitura do usuário inseparáveis dos enunciados (clique, rolar, tocar); os tecnodiscursos possuem uma dimensão relacional, sendo todos, em graus variados e em variadas configurações, ligações técnicas para outros enunciados. (PAVEAU, 2022, p. 167)

Em outras palavras, A "ecologia do discurso" propõe uma análise do discurso que considera não apenas os elementos linguísticos, mas também o contexto social, político e cultural em que o discurso está inserido. Paveau (2022) sugere que o discurso é influenciado e moldado por uma variedade de fatores, incluindo as relações de poder, as práticas discursivas existentes e as condições de produção e recepção. Assim, a ecologia do discurso busca compreender como esses elementos interagem e influenciam a produção e a interpretação do discurso em diferentes contextos. Essa abordagem enfatiza a importância de considerar não apenas o texto em si, mas também o contexto mais amplo em que ele ocorre, incluindo as relações de poder, as ideologias dominantes e as práticas discursivas específicas de uma determinada comunidade ou sociedade.

A pesquisadora Cristiane Dias destaca a necessidade de discutir também a noção de materialidade digital. Como já dito, Orlandi (2001) aponta que a AD entende a materialidade discursiva como sendo o texto, considerando sua forma e suas marcas. Na análise do discurso digital, Dias afirma que a materialidade digital consiste no processo de um aparecimento da discursividade digital na forma material do discurso, ou seja, em textos, imagens etc. (DIAS, 2016, p.168). Ainda, a autora sustenta a ideia de que a materialidade digital não está presente somente em ambientes digitais ou on-line e que, na verdade, o que caracteriza essa materialidade digital é sua discursividade. É o caso da forma da hashtag #sqn, que, embora seja uma forma digital, também pode ser encontrada em outros meios

---

<sup>7</sup> Para Paveau (2022, p. 323), o tecnodiscurso relatado consiste em “transferir um discurso de um espaço digital nativo fonte para um espaço digital nativo alvo, por meio de um procedimento automatizado de compartilhamento”.

materiais, como é mostrado abaixo, em uma coluna de jornal e em uma capa de livro:

**Figura 1** – Materialidade digital #sqn.

**Clóvis Rossi**  
 Reporter especial, foi membro do Conselho Editorial da Folha e vencedor do prêmio Maria Moors Cabot.



## Argentina, a última crise (#sqn)

Nada parece dar certo, a não ser por pouco tempo

[f](#) [s](#) [f](#) [s](#) [m](#) [v](#)

No pronunciamento desta segunda-feira (3), o presidente argentino, Mauricio Macri, assumiu, pela primeira vez, que há uma crise no país e decretou: “Tem que ser a última”.

**Fonte:** Folha de São Paulo, 2018.

**Figura 2** – Materialidade digital #sqn.



**Fonte:** Amazon, 2023.

Além disso, é possível encontrar alguns movimentos que usam a hashtag enquanto manifestação, como #VidasPretasImportam. Na imagem a seguir, é possível perceber a presença da discursividade digital em um texto off-line, impresso

em um cartaz, como forma de corroborar um discurso antirracista conhecido pelo mundo todo.

**Figura 3** – Materialidade digital #VidasPretasImportam.



**Fonte:** Mídia Ninja/CC, 2021.

Paveau (2022, p. 231) define a hashtag como sendo um segmento de linguagem que sempre é precedido de uma cerquilha (#), originado da rede social Twitter e adaptado para outras redes sociais, principalmente Facebook e, agora, Instagram. A palavra “hashtag” é formada por dois vocábulos do inglês: *hash* – símbolo de cerquilha ou jogo da velha + *tag* – etiqueta (Cambridge Dictionary online). A combinação da cerquilha com siglas, expressões, frases ou palavras faz com que esses segmentos de linguagem se tornem “etiquetas clicáveis”, possibilitando o acesso a outros enunciados que contenham a mesma hashtag. A autora afirma que a hashtag é considerada uma “tecnopalavra” e argumenta:

A hashtag é uma tecnopalavra (Paveau 2013a) porque ela possui uma natureza *compósita*: o segmento é tanto linguageiro (trata-se de siglas, palavras, expressões ou mesmo frases inteiras) quanto igualmente clicável, uma vez que é um link que permite a criação de um fio. (PAVEAU, 2022, p. 234)

Por ter essa característica de “etiqueta clicável” possibilitando o acesso a outros enunciados, a hashtag tem diferentes finalidades dependendo do contexto, que são listadas por Paveau (2022, pp. 239 e 239):

- Ritos semanais, como a #MondayMotivation, que vem sempre acompanhada de alguma frase motivacional, ou a #FF (Follow Friday), que tem como objetivo recomendar contas interessantes para serem seguidas;
- *Grooming* e *gossip*, que consiste em mostrar fatos novos para que sejam discutidos, como parece ser o caso de #VidasPretasImportam, já que se trata de uma referência à luta antirracista que ganhou muito mais visibilidade quando George Floyd, homem negro, foi estrangulado por um policial branco em Minneapolis, na Carolina do Norte, EUA;
- Expressão das emoções, que são onomatopeias e exclamações em formato de hashtag, como é o caso de #aff, #eca, entre outros;
- Hashtags polêmicas – ou insultantes –, as quais compõem discursos sexistas, homofóbicos, racistas etc. Um exemplo de hashtag polêmica de um discurso racista é o termo hispânico #monos, “macaco” em português. Por mais de uma vez, torcedores hispanofalantes atacaram jogadores de futebol negros, como Daniel Alves, Neymar e Vini Jr;
- Hashtags modalizadoras, que oferecem uma instrução interpretativa explícita, como, segundo Paveau, é o caso de #sarcasmo, #ironia, #humor e que, do ponto de vista do sentido, se aproxima à função de #sqn – e suas outras formas #sóquenão, #soquenao.

Ainda, muitas hashtags são usadas como ferramentas de determinadas propagandas, como a do McDonalds na época do festival de música The Town, em São Paulo, #MéquiNoTheTown. Essa prática de usar hashtags ajuda na distribuição da informação, fazendo com que mais pessoas soubessem que a rede McDonalds estaria presente no festival, além de até incentivar que fossem consumidos os seus produtos. Além disso, também é possível notar o uso das hashtags enquanto *slogans*, como é o caso da Claro, rede de telefonia. Para anunciar a ClaroTV, a empresa criou a hashtag #TaNaClaroTaNoFutebol; considerando-se que o futebol é um nicho de muito sucesso no Brasil e que boa parte da população tem o hábito de assistir a jogos, a Claro divulga seu novo produto em uma rede social de alta distribuição, usando o hiperlink que ajuda ainda mais na divulgação do produto.

Em suma, depois de discutir acerca dessas finalidades da hashtag, pode-se perceber que em #sqn – e suas outras formas #sóquenão, #soquenao – o maior objetivo parece ser o de guiar uma interpretação, e não a de divulgar, ou de expor emoções, assuntos importantes a serem discutidos etc.

## 2 EXPLICITADOR “SÓ QUE NÃO” E SUAS FORMAS

Este capítulo tem por objetivo apresentar brevemente a expressão “só que não” e suas outras configurações de escrita, em formato de sigla, “sqn”, “SQN” e enquanto hashtags “#sqn”, “#sóquenão” e “#soquenao”. O propósito desta dissertação, conforme dito anteriormente, é o de estudar a explicitação da ironia por intermédio do “só que não” em tuítes e, ao longo do trabalho, serão utilizados exemplos compostos pela expressão em seus diversos formatos. Do ponto de vista do sentido, entende-se que tanto a hashtag como suas outras formas têm o mesmo objetivo: o de guiar a interpretação do interlocutor para que não haja dúvidas no que diz respeito à ironia. Desse modo, optou-se por reunir todas essas formas da expressão “só que não” e categorizá-las como explicitadores da ironia.

Antes de pensar acerca da expressão, deve-se entender os elementos que compõem a construção “só que não”; a perífrase conjuncional “só que” seguida do advérbio de negação “não”. Sobre os estudos da perífrase conjuncional, destacam-se os apontamentos de Sanderléia Roberta Longhin (2003), cuja tese de doutorado descreve a gramaticalização do “só que”. Dentre tópicos a respeito da perífrase, sobressaem-se, para este trabalho, a relação entre “só que” e seus constitutivos “só” e “que”, além das funcionalidades do “só que” (2003, p.183–197).

Longhin classificou “só” de seis maneiras diferentes, sendo elas: focalizador restritivo/função sentencial; operador argumentativo; conjunção; construção de realce; adjetivo; correlação. A autora considerou que a classificação de focalizador restritivo/função sentencial se adequava ao sentido da perífrase, considerando-se o estabelecimento da relação de oposição (p. 183) entre dois elementos e as lacunas que devem ser preenchidas para se obter uma sentença que pode ser reconhecida como falsa ou verdadeira (p. 184). A respeito de “que”, Longhin estuda sua multifuncionalidade e tenta encontrar alguma solução para entender por que, dentre tantos conectivos, somente ele consegue trazer o sentido restritivo à perífrase. A conclusão à qual chega é a de que uma das funções do “que” em “só que” é mostrar que o conteúdo seguinte se trata de um conteúdo proposicional (p. 189). Em suma, a autora defende que “só” é um operador de foco restritivo, o que implica a percepção de contraste por conta da quebra de expectativa e que “só que” preserva esse sentido de quebra de expectativa e, além disso, apresenta uma informação



nova. Dessa maneira, Longhin defende que a relação entre o conectivo “só que” e “só” consiste na transferência do uso de “só” como focalizador restritivo e marcador de quebra de expectativa para “só que”. A respeito de “que”, a autora entende que sua função e a de uma conjunção integrante que, por conta da cristalização da perífrase, passa a funcionar somente como um “segundo membro da construção gramaticalizada” (p. 193). Baseando-se, portanto, nos estudos de Longhin, pode-se afirmar, naturalmente, que o valor de “só que” é restritivo e algumas vezes pode ser substituído por uma conjunção coordenativa adversativa, por exemplo, o “mas”. Posto isso, tem-se a ideia de que a expressão “só que não” tem valor de restrição, cuja função é a de retomar a tese do locutor, sendo, então, a base para a explicitação da ironia.

Além da expressão em questão, há muitas outras que explicitam a ironia, como a “contém ironia”, “é verdade esse *billete*”, “tá certo”, mas, por ser atual e por ter se difundido inclusive fora das redes sociais, além de ter particularidades gramaticais, foi o explicitador escolhido para ser estudado neste trabalho. Ao longo desta pesquisa, notou-se a ocorrência de mais de uma forma da expressão, como mencionado acima. Apesar dos vários formatos, entende-se, aqui, que todos eles têm a função de realçar os traços irônicos de determinados enunciados e, por conta disso, seja o explicitador uma hashtag ou um sintagma, possibilitam que tenha a mesma função de restrição e de introdutor de uma proposição.

Conforme mencionado anteriormente, o valor de “só que” é restritivo e algumas vezes pode ser substituído pelo “mas”, no entanto não se pode afirmar que eles são sempre intercambiáveis. O “só que não”, na maior parte das vezes, se aplica a proposições que pressuponham um juízo de valor, uma opinião. Não é comum – ou pelo menos não ao longo desta pesquisa – encontrar a expressão seguida de um fato.

### 3 A IRONIA

Este capítulo busca explorar a ironia – tema central da dissertação – e, para tanto, fazer um percurso histórico desta figura retórica. Além disso, já que esta pesquisa busca investigar a explicitação da ironia, serão apresentados os diferentes pontos de ironia que já existiram, sobretudo na língua francesa, para marcar que o enunciado era irônico. Depois deste percurso histórico, serão apresentadas diferentes perspectivas da ironia até chegar naquela que serve de base para as análises do trabalho: a ironia como polifonia.

A ironia é uma figura retórica<sup>8</sup> que está presente em toda parte, seja na fala das pessoas em conversas corriqueiras, seja em redes sociais, trabalhos acadêmicos, textos jornalísticos etc. Por estar presente em toda parte, a ironia ser interpretada de várias maneiras diferentes a depender do interlocutor. A propósito, Hutcheon (2005, p.10) se questiona a respeito do assunto de sua obra: por que mais um livro sobre ironia? No decorrer da introdução, ela chega à conclusão de que a ironia parece ter tomado um rumo problemático no que concerne ao seu modo de expressão.

Desde os diálogos de Platão, Sócrates define a ironia como uma técnica oratória que é sustentada a partir de uma interrogação falsamente ingênua e uma credulidade ilusória (PERRIN, 1996, p.7). A ironia socrática, segundo Perrin (1996, p.7), tem uma dupla finalidade, já que ela pode ser encarada como subversiva e pedagógica. De um lado, ela pretende desmascarar e confundir o erro implícito no suposto conhecimento dos sofistas e, por outro lado, a ironia visa a instruir e a persuadir melhor, ou seja, objetiva restabelecer a verdade. Em outras palavras, Sócrates apresentava a ironia presente em partes diferentes: erro e verdade; desse modo, o locutor buscava argumentar em favor da verdade, desmascarando o erro, e, ao mesmo tempo, fazendo troça de tal erro e de todos aqueles que acreditavam nele. Esse tipo de ironia pode ser considerada um *tropo*.

Ainda segundo Perrin (1996, p. 9), a ironia como tropo de Sócrates nos diálogos de Platão é algo exagerado e hiperbólico. No exemplo a seguir, a título de

---

<sup>8</sup> *Retórica* é aqui entendida como um conjunto de procedimentos que podem ser aplicados ao texto para conseguir um determinado efeito na interpretação do interlocutor.

ilustração, vê-se o elogio exagerado de Sócrates a Hípias, sofista, em um fragmento dos Diálogos I-II, Hípias Menor:

**Sócrates** — Como és feliz, Hípias, se puderes realmente, em todas as Olimpíadas, ingressar no santuário tão seguro de ti mesmo e confiante em tua sabedoria! Surpreender-me-ia se algum dos atletas das competições de força física ali se apresentasse para lutar, sem medo e tão confiante no seu próprio corpo como tu dizes estar com relação à tua inteligência.

**Hípias** — É natural, Sócrates, o que se dá comigo. Desde que comecei a tomar parte nos jogos olímpicos não encontrei ninguém superior a mim, seja no que for.

**Sócrates** — Que belo monumento de sabedoria, Hípias, deve ser tua glória, para a cidade de Élida e para teus progenitores! Porém que nos dizes acerca de Aquiles e de Odisseu? Qual dos dois, e por que motivo, consideras superior? Há pouco, enquanto éramos muitos lá dentro e tu fazias a tua declamação pública, não pude acompanhar o que dizes: porque havia muita gente, temia interromper-te, para não perturbar com perguntas tua declamação. Agora, porém, que somos poucos e Êudico me concita a interrogar-te, fala e explica-nos claramente o que expunhas a respeito dessas duas personagens. De que maneira as diferencias?

**Hípias** — De muito bom grado, Sócrates, vou expor-te com maior clareza do que antes, não somente o que penso a respeito deles dois como de outras. Declaro, pois, que em seus poemas Homero apresentou Aquiles como o mais bravo dos heróis que foram a Troia, Nestor como o mais sábio e Odisseu, o mais astucioso.

**Sócrates** — Ora, ora, Hípias! Só te peço que me faças o favor de não zombar de mim no caso de eu custar a apanhar o sentido do que dizes e de amiudar minhas perguntas. Assim, procura responder-me por modo suave e sem aborrecer-te.

O diálogo *Hípias Menor*, que contém falas de Sócrates e do sofista Hípias, pertence a um grupo de diálogos em que a modéstia de Sócrates enfrenta a presunção de um interlocutor respeitado por todos e que, por conta disso, se julga mais sábio e admirável do que realmente é. Estes interlocutores tendem a ser alvos da ironia socrática. De fato, em *Hípias Menor*, nota-se um contraste evidente entre o comportamento de Hípias, que julga ser o mais sábio dos sábios, e Sócrates, que se coloca em um lugar de inferioridade, no sentido de entender que sabe muito menos do que Hípias.

Kierkegaard (1991) mostrou se inspirar na ironia socrática, buscando dialogar com as pessoas, fazendo provocações e questionando suas ideias. Como dito antes, a ironia socrática era um método dialógico em que Sócrates perguntava o que as pessoas sabiam, com o objetivo de fazer com que elas mesmas, ao tentarem argumentar em favor de suas teses, percebessem incoerências e falhas nos seus

conceitos. Como existencialista que era, Kierkegaard não usava a ironia meramente como um recurso estilístico em seus textos, mas considerava também a importância de carregar consigo, em sua vida pessoal, essa ideia socrática de ironia, para que sua existência e sua vida estivessem alinhadas. Embora o filósofo estivesse ciente do papel dialógico que desempenhava, Kierkegaard, assim como Sócrates, fingia não saber determinados assuntos para fazer com que o interlocutor discorresse sobre o tema proposto. Assim, ele mantinha uma distância entre o interior – aquilo que ele carregava em sua vida pessoal – e o exterior – aquilo que ele carregava em seu discurso, de modo a deixar o interlocutor à vontade, sem que ele desconfiasse ou se sentisse ameaçado intelectualmente.

Enquanto existencialista, Kierkegaard entendia a existência como um trabalho que deveria ser realizado pelo Homem, objetivando alcançar sua construção enquanto espírito. Buscando facilitar a concepção de ironia para Kierkegaard, é necessário abordar a questão dos Estágios da Existência (*Stadier*), que são três. O primeiro, estágio estético, é aquele momento em que o Homem deixa de lado a consciência e prioriza o prazer imediato; o segundo é o estágio ético, em que o Homem, diferentemente do estágio estético, não busca mais o prazer imediato, mas sim uma racionalização e um sentimento moral muito maior; por último, o estágio religioso, em que o Homem atinge um degrau acima do degrau ético, sendo o ponto mais alto a que se pode chegar. No estágio ético, a importância é dada a leis feitas pelos Homens. No estágio religioso, a importância reside nas leis determinadas por Deus. Entretanto, pode-se perceber que o estágio religioso passa por cima do estágio ético quando a pessoa se vê diante de uma situação que implica algum pecado. Kierkegaard exemplifica a suspensão do ético com a situação de Abraão, que, em determinado momento, acata a decisão de sacrificar seu filho para que uma promessa seja cumprida.

Essa rápida apresentação acerca dos estágios de existência para Kierkegaard foi feita porque eles se relacionam com a ironia. Aliado ao fato de que, para ele, a ironia era uma espécie de caminho para questionar e desafiar as ideias e os valores convencionais, o filósofo via a figura retórica como um estágio necessário para chegar à verdadeira compreensão de si mesmo e do mundo. Ele entendia que, ao reconhecer a ironia da vida e dos conceitos sociais, o Homem poderia começar a questionar a sua própria existência e encontrar sua verdadeira identidade. Como dito

anteriormente, Kierkegaard (1991) analisa a figura do personagem Sócrates como um exemplo de ironia. Para ele, Sócrates usava a ironia como forma de mostrar aos outros a falta de conhecimento e a inconsistência de suas próprias crenças. Ao questionar constantemente as ideias dos outros, Sócrates os levava a refletir sobre si mesmos e a buscar uma verdade mais profunda. Desse modo, para Kierkegaard, a ironia é uma ferramenta importante para a busca da verdade e para a formação da identidade individual; ela permite que o indivíduo questione as ideias e os valores impostos pela sociedade e, portanto, encontre sua própria voz e sua própria verdade.

Trazendo de volta a discussão para o século XX, alguns autores foram considerados referência no que diz respeito ao estudo da ironia. Para este trabalho, utilizaremos como referências principais, entre outras, Muecke (2020) – especialmente neste primeiro momento de apresentação –, Brait (2008) e Ducrot (1987), com especial relevo para este último. Muecke afirma que o conceito de ironia pode ser considerado algo “vago, instável e multiforme” (2020, p. 11); isso porque, segundo ele, a palavra *ironia*, atualmente, não tem o mesmo significado que tinha nos séculos anteriores, já que houve uma evolução semântica acidental do termo. Para ele, o conceito de ironia foi se tornando o resultado acumulado de usos intuitivos por parte dos falantes, já que, por muitas vezes, ouvem-se expressões como “que irônico!” ou “por ironia do destino” como sinônimo de “que coincidência”. Com o objetivo de fazer um percurso histórico da ironia, Muecke usa exemplos da *Odisseia* para apontar a antiguidade do fenômeno irônico e para demonstrar que os falantes deveríamos atentar para o fato de que, antes que pudesse haver conceito para a ironia, a palavra já existia e que, portanto, seria necessário distinguir a palavra *ironia* de seu conceito. O autor mostra que a ironia não tinha esse significado *verbal* até a época de Aristóteles, mas, em contrapartida, a *ironia situacional* só foi chamada *ironia* depois do século XVIII (p. 22). Além disso, Muecke afirma que o termo *ironia* está presente em algumas traduções da *Poética* como uma versão de *peripeteia* (peripécia). Isso pode ser constatado após ler esses trechos de Aristóteles:

- (a) "Peripécia" é a mutação dos sucessos no contrário, efetuada do modo como dissemos; e esta inversão deve produzir-se, também o dissemos, verossímil e necessariamente (ARISTÓTELES, edição do Kindle, p. 22).

- (b) Introduzidos no cap. X os elementos de surpresa — peripécia e reconhecimento — que constituem o mito "complexo", é a altura de defini-los. [Do modo como dissemos] refere-se a "paradoxais" no § 56 (cap. IX):] a peripécia é a mutação dos sucessos no contrário], isto é, no contrário à expectativa (ARISTÓTELES, edição do Kindle, p. 68).

Acredita-se ser a peripécia comparável à ironia no momento em que são citados os conceitos, consistindo em inversão de sentido verossímil e, além disso, quando é dito que, ao se lançar mão da *peripécia*, o objetivo passa a ser de “quebra de expectativa”. O primeiro registro da palavra *eironeia* surge na *República* de Platão, tendo o sentido de “uma forma lisonjeira, abjeta de tapear as pessoas” (MUECKE, 2020, p. 22). Juntamente a isso, Muecke discute o fato de Aristóteles acreditar que *eironeia*, no sentido de dissimulação depreciativa, fosse superior ao seu oposto, a *alazoneia* (segundo Muecke, simulação jactanciosa), justificando a afirmativa e mostrando ser melhor uma simulação da modéstia (assim como é feito nos diálogos de Platão) do que uma ostentação arrogante. Em resumo, Muecke pontua dois usos da expressão *eironeia*: um significando um modo de comportamento, outro significando um uso enganoso de linguagem, que, aparentemente, é o que demonstra Aristóteles em *Ética a Nicômaco* (p. 98, ed. Kindle), quando fala sobre o homem magnânimo:

Deve também ser franco nos seus ódios e amores (porquanto ocultar os seus sentimentos, isto é, olhar menos à verdade do que à opinião dos outros, é próprio de um covarde); e deve falar e agir abertamente. Com efeito, o magnânimo expressa-se com franqueza por desdém e é afeito a dizer a verdade, salvo quando fala com ironia às pessoas vulgares.

### 3.1 Ironia explicitada

Conforme já foi dito, esta pesquisa tem como objetivo estudar o enfraquecimento da ironia em decorrência da necessidade de explicitação, neste caso, lançando mão da *hashtag* #sqn (ou da perífrase conjuncional *só que + não*). Sabe-se que, há muito, o assunto “decadência da ironia” surge toda vez que deparamos com interpretações equivocadas de textos irônicos. Como citado anteriormente, o caso de Antonio Prata em *Guinada à direita*, de Veríssimo em *Fora, Povo!* e *A audácia!*, e de Chico Buarque e Augusto Boal em *Mulheres de Atenas* são três exemplos – de muitos – do não entendimento da ironia por parte de

determinados grupos. A explicitação da ironia parece acontecer agora, por meio do *só que não*; aconteceu nas crônicas, por meio de novas crônicas, em cujo conteúdo havia uma justificativa da ironia – além das inúmeras canções de Chico Buarque e parceiros que também precisaram de justificativas; e aconteceu em meados do século XIX, quando Marcellin Jobard criou símbolos, entre os quais o “ponto de ironia”.

Jobard foi o fundador do primeiro estabelecimento de litografia da Bélgica e diretor do Museu da Indústria de Bruxelas, tornando-se uma figura importante no desenvolvimento industrial belga. Além de um idealizador de inovações tecnológicas, o litógrafo criava conceitos e contribuía em diversas áreas, como tipografia, linguística e a semiótica (SWIGGERS, 2022). No que diz respeito à tipografia, em *Industrie française: Rapport sur l'exposition de 1839* (JOBARD, 1842), Jobard lança luz sobre alguns problemas causados pela criação de textos impressos, aos quais ele chama de “lacunas tipográficas”, que representam a impossibilidade de o autor expressar seus sentimentos e de suas visões de mundo. Segundo ele, a viabilidade de reproduzir livros e textos pela impressão havia sido uma grande descoberta, mas o fato de os escritores não conseguirem ser claros em seus pensamentos por meio de entonações, por exemplo, fez com que surgissem críticas à nova tecnologia. Em seu *Rapport*, Marcellin Jobard pontua que, mesmo se os textos fossem lidos por professores de declamação, inúmeras incoerências de entonação seriam cometidas, já que não existia nada que os guiasse para uma leitura perfeita.

Jobard mostra-se insatisfeito com a escassez dos pontos expressivos da linguagem, declarando que os pontos de interrogação e de exclamação não são suficientes para demonstrar, de fato, o que o escritor pretendeu dizer em determinados textos:

Nós temos apenas dois pontos expressivos, o ponto de interrogação (?) e o ponto de exclamação (!). Então, temos apenas essas duas maneiras de ser ou de sentir? Chegamos a um ponto de só poder questionar ou nos exclamar em nossos textos? (1842, p. 350)<sup>9</sup>. (tradução nossa)

---

<sup>9</sup> Nous ne possédons que deux points expressifs, le point d'interrogation (?) et le point d'admiration (!). N'avons nous donc que ces deux manières d'être ou de sentir? En sommes-nous à ne pouvoir faire autre chose qu'interroger et que nous exclamer dans nos écrits?”

Em resposta a esses questionamentos, embora ele próprio reconhecesse que a criação de muitos sinais expressivos poderia dificultar as suas aquisições, ele sugere que pelo menos alguns poucos fossem criados, separando-os em grupos de sensações similares.

Um dos grupos seria o do “ponto de ironia”, que poderia explicitar alguns recursos retóricos como o da paródia, da troça ou da piada. Esse ponto seria representado por uma pequena seta que substituiria a explicação da ironia, como “disse brincando”, “disse ironicamente”. Para Jobard, de todos os novos pontos expressivos, o da ironia seria o mais importante, já que, segundo ele, em alguns países, à época, o recurso retórico era pouco conhecido e gerava mal-entendidos em interpretações de falas e textos:

Insistimos ainda mais na adoção de um ponto de ironia, porque, em alguns países, esse tropo é completamente desconhecido e dá origem aos mais estranhos mal-entendidos, até mesmo a brigas. A falta de um ponto de ironia confundiu mais de um jornalista com toda uma classe da sociedade; a mais pesada e numerosa, é claro. (JOBARD, 1842, p. 350)<sup>10</sup> (tradução nossa).

Em outubro de 1841, em um artigo do seu jornal *Le Courier Belge*, Jobard apresenta o ponto de ironia já em forma de símbolo de seta. Além do novo símbolo para a ironia, Marcellin Jobard sugeriu a criação de outros, como os pontos de irritação, de indignação, hesitação, simpatia, antipatia, aflição, satisfação. Além dos pontos de sentimento, o litógrafo propôs sinais que representariam voz alta, voz baixa e travessões simples, duplicados ou triplicados para diferenciar os enunciadores dos textos.

Também propomos um ponto de irritação, um ponto de indignação, um ponto de hesitação, todos expressos com a mesma seta colocada em quatro posições diferentes. Propomos um ponto de simpatia ( ) , um ponto de antipatia )( , um ponto de aflição, um ponto de satisfação ; um sinal para a voz alta ^ , um para a voz baixa v , etc.

Do mesmo modo, propomos à Academia, que será responsável por essa reforma, o uso de um traço para o primeiro falante -, dois traços para o segundo =, três traços para o terceiro ≡; dessa forma, não haverá mal-

---

<sup>10</sup> Nous insistons d’autant plus pour l’adoption d’un point d’ironie que dans certains pays ce trope est complètement inconnu et donne lieu aux plus étranges méprises, voire même à des duels. Le défaut de point d’ironie a brouillé plus d’un journaliste avec toute une classe de la société, la classe la plus lourde et la plus nombreuse bien entendu.



entendidos nos diálogos, poupando a repetição dos nomes dos falantes. (JOBARD. 1842, p. 351) (tradução nossa).<sup>11</sup>

Até onde se tem registro, o ponto de ironia não teve aplicação imediata depois dessa defesa de Jobard ao *Le Courier Belge*, mas a questão da perda de identidade e sentimento de textos impressos continuou sendo motivo de contrariedade por parte de muitos escritores. De acordo com Pierre Ropert (2021), jornalista da Radio France, a partir do século XVIII, a pontuação foi repentinamente padronizada e, por consequência, fortemente exigida pela imprensa. Por conta da ideia fixa de padronização, escritores lamentavam a falta de liberdade para escreverem seus textos. Quando os editores assumiram o controle da revisão dos textos, muitos autores decidiram deixar para eles a responsabilidade de pontuá-los. Segundo Ropert, a romancista George Sand foi a primeira a desafiar os editores em relação à pontuação, em forma de protesto, evidentemente. Além disso, Sand demonstra sua frustração e revolta ao falar que a pontuação é a entonação da fala que pode ser traduzida por sinais “da mais alta importância”, e que o instinto do falante guia a leitura sem precisar de nenhuma regra escrita:

Já se disse que "o estilo é o homem". A pontuação é ainda mais o homem do que o estilo. A pontuação é a entoação do discurso, traduzida por sinais da maior importância. [...] O instinto do orador inteligente guia-o com segurança e sem necessidade de recorrer a qualquer regra escrita. (SAND apud ROPERT, 2021) (tradução nossa)<sup>12</sup>.

Em 1857, Charles Baudelaire, poeta francês, rejeitou as alterações propostas pelo editor, porque, segundo ele, a pontuação usada nos poemas era original e ia muito além de padronizações, já que o objetivo mesmo era lançar luz sobre a

---

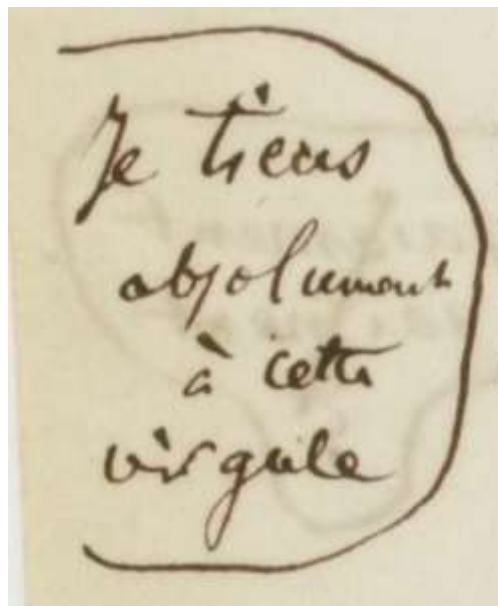
<sup>11</sup> Nous proposons aussi un point d'irritation , un point d'indignation , un point d'hésitation , tout cela exprimé avec la même flèche placée dans quatre positions différentes. Nous proposons un point de sympathie ( ), un point d'antipathie )( , un point d'affliction , un point de satisfaction; un signe pour la voix haute ^ , un pour la voix basse \_ , etc.

Nous proposons de même à l'Académie qui sera chargée de cette réforme, l'emploi d'un tiret pour le premier interlocuteur – , de deux tirets pour le second = , de trois tirets pour le troisième ≡ ; de la sorte il n'y aura pas de méprise dans les dialogues tout en épar gnant la répétition du nom des interlocuteurs

<sup>12</sup> On a dit “le style c’est l’homme”. La ponctuation est encore plus l’homme que le style. La ponctuation, c’est l’intonation de la parole, traduire par des signes de la plus haute importance. [...] L’instinct de l’orateur intelligent le guide avec certitude et sans qu’il ait besoin de se reporter à aucune règle écrite

declamação. Baudelaire, ao contrário de George Sand, estava usando a pontuação em suas obras, mas não seguia as regras impostas pelos editores, a ponto de, em um de seus rascunhos de *Fleurs du mal*, explicitar a importância de uma determinada vírgula quando diz “*Eu me importo muito com essa vírgula*”, conforme se vê na figura abaixo.

**Figura 4** - Rascunho em *Fleurs du mal*




**Fonte:** Radio France, 2021.

Por outro lado, havia também poetas que optavam pela não utilização da pontuação. De acordo com Ropert (2021), diferentemente de Baudelaire, o poeta surrealista e ensaísta francês Louis Aragon afirmava que gostava de escrever seus poemas sem nenhuma pontuação, porque a ausência dela fazia com que as frases fossem lidas de maneiras diferentes, de modo que teriam mais de uma interpretação possível. De uma forma geral, os poetas tinham, à época de Aragon, o objetivo de desafiar o padrão que os editores impunham. A ideia da pontuação era orientar a leitura e tornar o texto mais claro, mas os escritores pretendiam mostrar que o propósito era confundir o leitor e convidá-lo a questionar as relações com a escrita e a padronização excessiva (ROPERT, 2021). Embora alguns poetas preferissem suprimir a pontuação, outros começavam a fazer um movimento de criação de novos símbolos. Em 1899, cinquenta e oito anos depois de Jobard, Alcanter de Brahm,

pseudônimo de Marcel Bernhardt, propõe, novamente, um sinal de ironia, mas, ao contrário do precursor, ele já apresenta um símbolo, que seria uma espécie de ponto de interrogação ao contrário: ¶<sup>13</sup>.

Figura 5 - Definição de ironia em Nouveau Larousse Illustré

— Philos. *Ironie socratique* V. la partie encycl.  
 — Typogr. *Point d'ironie*, Signe particulier, proposé par Alcanter de Brahm, pour indiquer au lecteur les passages, les phrases ironiques d'un ouvrage, d'un article.  
 — ENCYCL. Littér. L'*ironie* est, en rhétorique, ou un trope ou une figure de pensée. Elle consiste, dans l'un et l'autre cas, à dire le contraire de ce qu'on pense, de telle manière que le lecteur ou l'auditeur comprenne le sens caché sous cette raillerie. « Bon apôtre ! », « L'homme de bien ! », en parlant d'un fripon, voilà la figure de mots. La figure de pensée commence dès que l'ironie se développe en une suite de propositions ou de phrases. Tel livre de *Gargantua*, tel passage de la satire *Ménippée*, telle lettre de Voltaire, les



Point d'ironie.

Fonte: Nouveau Larousse Illustré apud Ropert (2021).

Inegavelmente, o novo ponto de ironia acaba por tirar o sentido da figura retórica. Se ela é uma figura que deixa pistas implícitas no texto, ao ser explicitada por meio do símbolo, ela perderia sua função. Entretanto, a despeito do paradoxo, o símbolo resgatado por Brahm obteve certo êxito um ano depois de seu lançamento. Em 1900, Alphonse Allais, escritor e humorista francês, ao escrever seu livro de contos *Ne nous frappons pas* (1900), mencionou o ponto de ironia em *Paupéromobilisme* (Allais, 1900, p. 93-99), que fala sobre a história de um homem muito rico e sem pernas. No conto, o narrador se espanta ao ouvir falar, pela primeira vez, do *paupéromobilisme*, cuja tradução poderia ser algo como um automóvel em que os homens pobres fariam o papel do motor. O formato do carro se assemelha a uma cadeira de rodas, mas a invenção do homem rico e sem pernas consiste na forma como ela vai andar: em vez de ele contratar algum cuidador, ele acopla ao automóvel uma placa pedindo aos pobres que empurrem seu carro, porque, a cada quilômetro andado, dez cêntimos caíam em um recipiente. Dessa

<sup>13</sup> Há quem afirme que o inventor do ponto de ironia tenha sido Brahm, já que o seu símbolo foi mais divulgado.

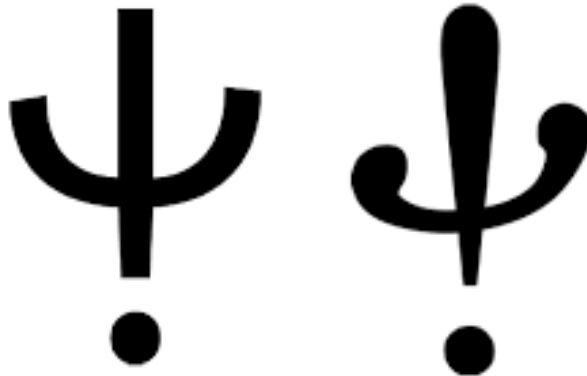
forma, já que esse automóvel daria dinheiro às pessoas, haveria muita disputa para empurrar a cadeira de rodas do homem rico e sem pernas. O narrador questiona se não seria mais fácil procurar algum enfermeiro ou cuidador para empurrar a cadeira, já que ele não ganharia dinheiro algum com essa *paupéromobilisme*, pelo contrário; ele perderia a cada quilômetro rodado. Em resposta, seu interlocutor diz que, por conta do tédio e da enfermidade, o homem rico precisava de distrações “violentas e cruéis” (p. 93), e a disputa para saber quem empurraria a cadeira por mais quilômetros poderia acarretar brigas, facadas e mortes. O narrador, então, ironicamente, comenta que isso seria divertido e faz uso do ponto de exclamação. Nesse momento, Alphonse Allais puxa uma nota de rodapé explicitando essa ironia e mencionando o ponto de Alcanter de Brahm, em que diz: “*Au lieu du stupide point d’exclamation que vous constatez au bout de : C’est gai! je prie le lecteur de poser d’ores et déjà le point d’ironie si ingénieusement préconisé par notre maître Alcanter de Brahm*”<sup>14</sup> (Allais, p. 93). Assim, pode-se perceber que o símbolo de Brahm foi resgatado e ganhou mais visibilidade depois de ter sido mencionado no conto do de Allais.

Depois de Allais, não foram encontrados mais exemplos de explicitação da ironia por intermédio do símbolo. Entretanto, anos mais tarde, em 1966, o romancista francês Hervé Bazin, mais uma vez, resgatou a ideia da criação de novos símbolos de pontuação, publicando as propostas em *Plumons l’oiseau* (1966). O ponto de ironia de Hervé Bazin muda novamente de forma, sendo representado por uma adaptação da letra grega *psi* ( $\Psi$   $\psi$ ). Segundo ele, a criação do símbolo se deu a partir da letra grega *psi*, que poderia corresponder à sigla P.S., do latim *post scriptum* (escrito depois).

---

<sup>14</sup> Em vez do estúpido ponto de exclamação no final de: “É divertido! peço ao leitor que utilize o ponto irônico tão engenhosamente recomendado pelo nosso mestre Alcanter de Brahm.”

**Figura 6** - Ponto de ironia criado por Hervé Bazin



Fonte: Oupoli.fr

Além do ponto de ironia, Bazin também propôs outros, como o ponto de amor, de convicção, autoridade, aclamação e de dúvida.

**Figura 7** - Trecho de Plumons l'oiseau.

1) *Le point d'amour* : ♡

Il est formé de deux points d'interrogation qui, en quelque sorte, se regardent et dessinent, au moins provisoirement, une sorte de cœur.

2) *Le point de conviction* : †

C'est un point d'exclamation transformé en croix.

3) *Le point d'autorité* : †

Il est sur votre phrase, comme un parasol sur le sultan.

4) *Le point d'ironie* : †

C'est un arrangement de la lettre grecque  $\psi$ . Cette lettre (psi) qui représente une flèche dans l'arc, correspondait à *ps* : c'est-à-dire au son de cette même flèche dans l'air. Quoi de meilleur pour noter l'ironie ?

5) *Le point d'acclamation* : V

Bras levés, c'est le V de la victoire. C'est la représentation stylisée des deux petits drapeaux qui flottent au sommet de l'autobus, quand nous visite un chef d'État.

6) *Le point de doute* : †

Il est comme vous : il hésite, il biaise, avant de tomber — de travers — sur son point.

Fonte: *Plumons l'oiseau*, 1966 apud Ropert, 2021.

No Brasil, encontramos, até agora, duas menções ao ponto de ironia. A primeira foi por intermédio de Ziraldo, a partir do momento em que ele começou a ser mal compreendido em suas ironias. O cartunista é considerado – por ele mesmo e pelas pessoas – irônico, prezando muito pelo humor. Dessa maneira, de modo a evitar mal-entendidos em suas obras, Ziraldo propõe, ao que parece, apenas uma vez, a adoção do ponto de ironia na língua portuguesa (LEAL, 2022). Assim como foram propostos vários símbolos diferentes, aqui no Brasil, a forma do ponto de ironia era uma espécie de ponto de exclamação com um círculo tanto embaixo quanto em cima.

**Figura 8** - Ponto de ironia proposto por Ziraldo.

## O PONTO DE IRONIA



**Fonte:** Blog Photus Factus, 2011.

A segunda menção foi em uma crônica publicada em 2018 na revista VEJA e atualizada no ano de 2020. No texto, a autora Tânia Fusco faz uma crítica ao Governo Federal de então. Para mostrar sua insatisfação com relação ao presidente da República, Fusco desenvolve sua crônica lembrando algumas de suas atitudes e comenta que a repercussão delas seria menos prejudicial à imagem do governo se o presidente dissesse que tudo não passava de ironia. Assim, a autora sugere que o ponto de ironia seria uma maneira viável de apontar a figura retórica, revertendo as atitudes, segundo ela, danosas que o chefe do Executivo teve em relação à população brasileira.

Em suma, depois dessa breve apresentação sobre o ponto de ironia, pôde-se perceber que a explicitação da ironia, ao menos na França, não resultou de uma necessidade de explicitação, mas sim de uma “revolta” dos poetas por conta da cobrança por parte dos editores no século XIX. Pensando mais na escrita do que na arte mesma, os revisores exigiam que os poetas utilizassem a pontuação de forma correta. Entretanto, conforme vimos, artistas da palavra se indignaram, afirmando ser a pontuação apenas uma regra que eles não precisavam seguir. Desde que a imprensa foi inventada, a pontuação, que tinha sido deixada ao critério dos monges copistas durante toda a Idade Média, tornou-se subitamente normatizada. Já não se tratava de pontuar como se queria, mas de seguir regras. Foi o que aconteceu principalmente no século XVIII, quando gramáticos e tipógrafos se orgulharam por criar uma pontuação moderna – a que ainda hoje utilizamos. Os editores deram prioridade à sintaxe, mesmo que isso significasse tornar a frase mais pesada, com muitas vírgulas, em detrimento da pontuação que, até então, se inspirava na oralidade.

### **3.2 A ironia a partir de algumas perspectivas**

Em qualquer situação comunicativa, a ironia pode ser muito bem aproveitada, da mesma forma que pode ser encarada como um grande problema, a partir do momento em que não seja bem interpretada. Isso acontece porque, em princípio, essa figura retórica não deixa marcas explícitas no enunciado, fazendo com que, a depender do contexto em que a mensagem é recebida, os sinais irônicos não sejam percebidos. Maingueneau e Charaudeau (2002) definem o termo *ironia* à luz de algumas teorias, dentre as quais a da ironia como tropo, como paradoxo e como polifonia, sendo esta última a que norteará este trabalho.

#### **3.2.1 Ironia como tropo – antífrase e hipérbole**

Segundo Maingueneau e Charaudeau (2002), a ironia, diferentemente da metáfora ou da metonímia, é um tropo que mais indica uma atitude enunciativa do que categoriza o referente (p. 330). Mencionando a linguista francesa Catherine

Kerbrat-Orecchioni, Maingueneau diz que a ironia é considerada uma antífrase, ou um desvio relativamente inteligível entre o sentido literal e o sentido figurado:

Para a tradição retórica, a ironia, ao contrário da metáfora ou da metonímia, é um daqueles tropos que mais indicam uma atitude enunciativa do que categorizam o referente (cf. eufemismo ou hipérbole). A ironia como tropo é uma antífrase ou pelo menos uma mudança mais ou menos clara entre sentido literal e figurativo. (KERBRAT-ORECCHIONI 1980 b. In. CHARAUDEAU, MAINGUENAEU, 2002) (tradução nossa)<sup>15</sup>.

Isso acontece porque há elementos enunciativos que apresentam alguns indícios de ironia, como, no caso do discurso falado, a entonação ou gestos e, no discurso escrito, as aspas e o itálico.

Quando se fala sobre indícios de ironia no discurso, é importante mencionar o estudo a respeito da heterogeneidade enunciativa da linguista Jacqueline Authier-Revuz. Em seu artigo *Hétérogénéité montrée et Hétérogénéité constitutive : éléments pour une approche de l'autre dans le discours* (1982), Authier-Revuz discorre sobre duas formas de heterogeneidade: a constitutiva e a mostrada (marcada e não marcada). A primeira não se apresenta na organização linear do discurso, já que sua alteridade não é evidenciada, permanecendo, então, no interdiscurso. Já a segunda traz marcas da presença do *Outro* no discurso, manifestando a alteridade ao longo da cadeia discursiva e, por este motivo, é possível que ela seja observada. A heterogeneidade mostrada pode ser **marcada** e, portanto, manifesta na materialidade linguística, por meio do discurso direto e das aspas; e **não marcada**, sem contar, portanto, com traços linguísticos. São exemplos desta forma de heterogeneidade o discurso indireto livre e a própria ironia. Desse modo, pode-se notar o teor polifônico da heterogeneidade enunciativa. A linguista, em vista disso, sustenta a ideia de heterogeneidade como um tópico discursivo que se relaciona ao interdiscurso (heterogeneidade constitutiva) e à materialidade linguística que compõe o discurso e que torna viável sua construção (heterogeneidade mostrada).

---

<sup>15</sup> Pour la tradition rhétorique, l'ironie, à la différence de la métaphore\* ou de la métonymie\*, est de ces tropes qui indiquent une attitude énonciative plus qu'ils ne catégorisent le référent (cf. la litote\* ou l'hyperbole\*). L'ironie comme trope est une antiphrase\* ou au moins un décalage plus ou moins net entre sens littéral et sens figuré\*.



Além dos elementos enunciativos acima citados, Laurent Perrin, em *L'ironie mise en trope* (1996), entende que a ironia deve ser comparada à hipérbole – e até à metáfora – e que, além disso, ela de fato consiste em transmitir uma mensagem com sentido oposto ao que foi enunciado. Entretanto, Perrin defende que não é adequado reduzi-la a uma antífrase, uma vez que a ironia não se resume a inverter o sentido de uma palavra dentro de uma frase (PERRIN, 1996, p. 3). Pode-se, pois, entender a antífrase como um aspecto da ironia, mas não como um sinônimo. No capítulo *Contrevérité et exagération dans l'ironie*, o autor discorre acerca da confusão que existe entre os sentidos de antífrase e inverdade. De acordo com Perrin, nos dicionários, geralmente a ironia é associada a um processo de inverdade, mas sem diferenciar do que é dito sobre antífrase; Dumarsais, em *Des tropes, ou Des différens sens dans lesquels on peut prendre un même mot dans une même langue*, por exemplo, afirma que “O eufemismo e a ironia levaram os gramáticos a inventar uma figura [de linguagem] a que chamam de antífrase, isto é, a inverdade” (1823, 119)<sup>16</sup>.

A inverdade, segundo Perrin, permite que o locutor indique sua intenção de ironizar, por conta de alguma opinião comum, um acúmulo de informações que já foram manifestadas anteriormente e que podem servir de pista para compreender uma ironia. Em contrapartida, afirma que, embora digam que a inverdade é inerente à ironia, esta não necessariamente se baseia na inverdade, considerando-se que nem sempre o locutor pode se apoiar na estabilidade e na existência de uma opinião – já conhecida e manifesta – dentro do contexto enunciativo. Quando o interlocutor não compartilha da mesma opinião do locutor, sua ironia, então, vai basear-se em um processo que não consiste em contradizer, mas apenas em exagerar. Mencionando Catherine Kerbrat-Orecchioni (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, *apud* PERRIN, 1996, p. 180), Perrin mostra que uma afirmação passível de ser irônica, enunciada em termos moderados, deixa de ser aceitável a partir do momento em que é exagerada. É por isso que, segundo Kerbrat-Orecchioni, apesar do aparente paradoxo, o excesso no enunciado pode denunciar uma sequência irônica.

Ilustrando a asserção de Orecchioni, Perrin cita Quintiliano a respeito de Cícero, que diz: “às vezes exageramos as acusações que poderíamos facilmente destruir ou negar” (QUINTILIEN, 1978, 185 *apud* PERRIN, 1996, p. 181). Portanto,

---

<sup>16</sup> L'euphémisme et l'ironie ont donné lieu aux grammairiens d'inventer une figure qu'ils appellent antiphrase, c'est-à-dire contrevérité (tradução nossa)

para indicar uma ironia, o locutor finge ser favorável a um ponto de vista que considera como errado, quebrando a expectativa, entretanto, com o emprego de um enunciado exagerado e absurdo, o que faz com que a ironia seja revelada.

### 3.2.2 Ironia como menção

Antes de falar sobre ironia como paradoxo, é necessário abrir um parêntese e fazer um breve comentário acerca da teoria de Sperber e Wilson (1990), de ironia como menção. Os autores entendem a ironia dessa forma, considerando a oposição entre *emprego* e *menção*, segundo a Lógica. No artigo *As ironias como menção*<sup>17</sup>, Sperber e Wilson afirmam que “quando se emprega uma expressão, designa-se o que essa expressão designa; quando se menciona uma expressão, designa-se essa expressão” (1990, p. 87). Em outros termos, quando uma expressão é empregada, usa-se o que essa expressão representa, ao passo que, quando uma expressão é mencionada, usa-se ela mesma.

Esta explicação fica mais clara se forem usados os exemplos, trazidos no artigo, em que se tem os enunciados: “Que zona é essa?”, “‘Zona’ é uma palavra de gíria” e “Quem ousou chamar minha quitinete de zona?” (1990, p. 87). No primeiro enunciado, onde o termo “zona” é empregado, o objetivo é usá-lo enquanto sinônimo de bagunça. Por outro lado, nos outros dois enunciados, “zona” é mencionada, ou seja, ela representa uma palavra da língua portuguesa com um sentido mais vazio, isto é, sem uso figurado; trata-se apenas de um substantivo feminino que foi mencionado, tendo em vista que a menção tem um caráter metalinguístico, já que o emprego se relaciona ao que os lógicos chamam de língua-objeto, que nesse sentido se opõe a metalinguagem.

Entende-se, pois, que os autores pretendem investigar uma ironia que não recorra à noção de sentido figurado. A oposição “emprego” *versus* “menção” faz supor que existem formas intermediárias entre as duas formas. O discurso direto, por exemplo, é a forma linguística mais clara de menção; outras formas parecidas, no entanto, como o discurso indireto e indireto livre também apresentam aspectos similares aos de menção, em diferentes graus, e que Sperber e Wilson chamam de

---

<sup>17</sup> Artigo originalmente em francês e traduzido Zenir Campos Reis com a colaboração de Marília Borges Costa.

“eco”. Eles constatam que existem ecos diretos e, portanto, imediatos, e consideram que existem ecos indiretos, onde se menciona, além do enunciado, algum elemento subentendido que o interlocutor pode perceber. (1990, p.90).

Os autores admitem, então, que as ironias interpretadas como menção têm caráter de eco: “eco mais ou menos longínquo, de pensamentos ou de proposições, reais ou imaginárias, atribuídos ou não a indivíduos definidos. Quando o eco não é manifesto, ele é, no entanto, evocado.” (SPERBER, WILSON, 1990, p. 92). Para exemplificar, pode-se pensar no enunciado “O transporte público brasileiro é ótimo”. Se for falado em algum jornal, ou se estiver numa conversa entre brasileiros a respeito da boa qualidade dos transportes, tem-se um eco manifesto. Entretanto, se o enunciado é proferido em alguma situação que vá de encontro à afirmação, como a demora de uma determinada linha de ônibus, tem-se uma expectativa positiva quebrada, acarretando a frustração e a ironia indiciada pelo eco mais longínquo.

Dessa maneira, Sperber e Wilson defendem que as ironias podem ser entendidas como menções (geralmente implícitas, considerando-se o eco mais longínquo). Elas seriam interpretadas como eco de um enunciado ou de um pensamento de que o locutor percebe a impertinência.

### 3.2.3 Ironia como paradoxo

Alain Berrendonner (1981), para elaborar seu entendimento de ironia, faz uma crítica à teoria de Sperber e Wilson (1990). Para ele, por mais que a ironia como menção tenha trazido uma noção diferente da figura, ela parece não ser suficiente, visto que, mesmo que existam analogias entre ironia e discurso referido, existem também dúvidas com relação às suas diferenças. Objetivando preencher a lacuna da teoria dos linguistas, Berrendonner buscou desenvolver uma teoria “rudimentar”, segundo ele próprio, para tentar formar uma classificação mais completa da ironia, mostrando algumas formas de menção (1981, p. 198). Dentre essas classificações, encontram-se as de *menção explícita* (ou direta); *menções evocadas* (ou indiretas); *enunciações autoevocativas*; *enunciações-eco indiretas*; e *ecos diretos*.

As menções explícitas (ou diretas) podem ser caracterizadas por três propriedades, sendo elas descritas a seguir.

- a) A primeira propriedade é a da enunciação referida, em que  $E_0$  (enunciação referida) é diferente da enunciação  $E_1$  (chamada enunciação meta). Em outras palavras, esse tipo de menção marca como diferentes as duas categorias de palavra  $E_0$  e  $E_1$ , que são de enunciadores diferentes enunciando em um tempo/espço diferentes. Assim, é possível que o enunciador  $E_1$  possa se referir ao enunciador  $E_0$  sem nenhuma responsabilidade com relação ao que foi dito. Segundo Berrendonner, entende-se que  $E_1$  atualiza uma proposição considerada um julgamento a respeito de  $E_0$  (1981, p. 198).
- b) A segunda propriedade, segundo Berrendonner, é a do enunciado cuja estrutura sintática pode ser percebida por segmentação, ou seja, é possível distinguir os constituintes de  $E_0$  e  $E_1$ .
- c) A terceira e última propriedade dialoga com as duas primeiras. Trata-se da opacidade referencial deste tipo de menção, ou seja, uma referência tem a origem de suas coordenadas em  $E_0$ , e a outra se refere a  $E_1$ . Uma enunciação é considerada, em termos de referência, opaca, quando tem duas redes de referência dêitica fechadas. Em outras palavras, um dêitico pertencente ao enunciado referido só terá valor se for relacionado com  $E_0$ ; seu valor não poderá se estabelecer com  $E_1$ .

Um exemplo desse tipo de menção explícita é o estilo direto de discurso, conforme exemplo de *tuíte* abaixo:

**Figura 9** - Postagem do Twitter.



**Fonte:** Twitter, 2023

Esse *tuíte* é constituído de duas postagens que, aqui, serão chamadas de *tuíte* original e *retuíte* com comentário. O *tuíte* original é considerado aquele em que se observa uma referência à notícia de que Carla Zambelli, deputada federal do Partido Liberal (PL), contrai o vírus da Covid-19 e, portanto, necessita de cuidados especiais na UTI em Brasília; o *retuíte* com comentário é aquele cuja função é, de maneira geral, de uma legenda. Sabe-se que, desde 2016, a deputada é filiada a partidos considerados de direita, como o PEN, NOVO, PSL e PL, sendo estes dois últimos partidos dos quais o ex-presidente da República fez parte. Além disso, durante a pandemia do coronavírus, houve um movimento organizado por alguns líderes da extrema-direita de todo o mundo, que consistia na resistência à vacinação e na propagação de *fake news* com relação à ciência.

O ex-presidente, que fazia parte desses movimentos, ao responder à pergunta de um jornalista a respeito das numerosas mortes por Covid-19, afirmou que não era “coveiro”. Nessa mesma coletiva, o mandatário comentou que, inevitavelmente, 70% da população seria contaminada e que não adiantaria “querer correr disso” (G1, 2020). A fala do ex-presidente repercutiu em todo o país e, a partir disso, quando se desejava realizar algum discurso com tom indiferente, a construção “e daí, não sou...” se tornou popular, com o intuito de diminuir a importância de alguma situação. Inclusive, uma das formas como a ironia se manifesta é por meio destes enunciados intertextuais, o que reforça seu caráter polifônico.

Desse modo, considerando-se o *tuíte* com o comentário “‘E daí?! Não sou médico.’ e se morrer ‘E daí?! Não sou coveiro.’”, pode-se observar o distanciamento do autor da postagem em relação às falas aspidadas, em princípio, fazendo referência ao chefe do Executivo. Para se apoiar na teoria das menções explícitas, tem-se o enunciado  $E_1$ , que teria sido proferido pelo enunciador do *tuíte* com comentário – que aparece somente em “e se morrer” –, fazendo referência ao  $E_0$ , isto é, à fala do ex-presidente; sendo assim, por conta do uso das aspas, é fácil compreender a diferença entre  $E_0$  e  $E_1$ . Com relação à terceira propriedade de Berrendonner, poder-se-ia exemplificar se o *tuíte* com comentário fosse algo como: *E daí?! [eu] Não sou médico. E, se morrer, [me] diria: E daí?! [eu] Não sou coveiro.* Nesse caso, observam-se duas referências de dêiticos fechados: *[me]* e o pronome pessoal do caso reto *[eu]* elíptico, o que sinaliza a impossibilidade de  $E_0$  estabelecer relação com  $E_1$ ; a relação só seria possível se o enunciado referido se relacionasse diretamente com  $E_0$ .

Há também as *menções evocadas* (ou indiretas), cujo exemplo mais claro é o da negação. Um enunciado negativo pode ser considerado como uma refutação metalinguística de um primeiro enunciado positivo. Nesse caso, o enunciado positivo não seria evocado, porque ele estaria sendo negado. Para exemplificar, pode-se levar em consideração os *tuítes* a seguir.

Figura 10 - Postagens do Twitter.

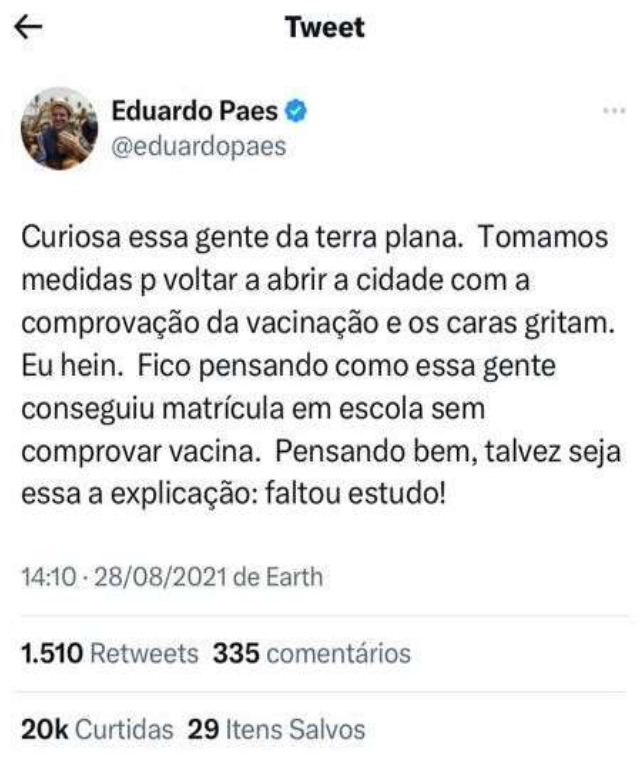


Fonte: Twitter, 2023.

No primeiro *tuíte*, em que o jornalista Samuel Pancher comenta a suspensão da conta do senador Marcos do Val, há um *retuíte* com comentário alegando censura. Logo depois, o empresário Alex Silva menciona o *retuíte* com o comentário sobre censura e diz, ironicamente, que não houve censura. Nesse caso, a refutação metalinguística de um enunciado positivo é, inclusive, um sinal de ironia; para além da explicitação de “contém ironia”, a asserção “Tem cara de censura, jeito de censura, cheiro de censura, mas não é censura.” confere diversos argumentos que apontam para a questão da censura, mas, para ser irônico e se apropriar do discurso da oposição, Alex Silva usa a negação.

As *enunciações autoevocativas*, por sua vez, são mais simples, porque consistem na representação do mesmo ato locutório. Berrendonner apresenta a ideia de que não se pode considerar  $E_1$  e  $E_0$  como sendo enunciados distintos, já que é possível perceber, nessa categoria, que os dois enunciadores estão na mesma instância.

Figura 11 - Postagem do Twitter.



Fonte: Twitter, 2021

No exemplo acima, considera-se  $E_0$  (enunciação referida) como sendo “Curiosa essa gente da terra plana. Tomamos medidas [para] voltar a abrir a cidade com a comprovação da vacinação e os *caras* gritam. Eu, hein. Fico pensando como essa gente conseguiu matrícula em escola sem comprovar vacina.”. Enquanto isso, a  $E_1$  (enunciação meta) seria: “Pensando bem, talvez seja essa a explicação: faltou estudo!”. Nesse caso, o enunciador retoma o a primeira proposição apresentando um argumento novo, ou seja, em outras palavras, ele atualiza a proposição anterior chegando a uma nova conclusão. A expressão “pensando bem” pode ser entendida como uma expressão adverbial de enunciação que, segundo Berrendonner,



representa uma incidência que não é produzida sobre um conteúdo proposicional, mas sim sobre um ato de enunciação. Dito de outro modo, a expressão “pensando bem” não faz parte de uma afirmação e, portanto, nota-se uma dupla enunciação, em que a expressão destacada introduz um julgamento a respeito do primeiro enunciado. Dessa maneira, considera-se inviável a possibilidade de serem duas enunciações distintas, mas sim uma mesma enunciação com dois enunciadores que se encontram na mesma instância enunciativa.

As *enunciações-eco indiretas*, segundo Berrendonner, são consideradas enunciações polifônicas. A esse respeito, veja-se o exemplo a seguir.

**Figura 12** - Postagem do Twitter.



**Fonte:** Twitter, 2021.

O fenômeno polifônico aparece claramente, já que, nessa postagem, o autor se remete à canção de Gilberto Gil, *Aquele abraço*. Nesse caso, o enunciador da frase faz uma menção positiva criada anteriormente por um cantor popular da música brasileira – que pode ser entendido como a fonte original dessa enunciação. Quando o enunciador faz essa referência, compreende-se que sua enunciação

constitui um eco – ou uma reprodução – de outra enunciação anterior. De acordo com Berrendonner, seria uma espécie de *mimesis* (p. 207).

O conceito dos *ecos diretos*, segundo Berrendonner, é mais uma complementação da teoria da enunciação-eco indireta do que um novo conceito propriamente dito. Com efeito, o conceito se aproxima da noção de estilo direto, quando se é percebido, sumariamente, uma espécie de imitação.

Figura 13 - Postagem do Twitter “contém ironia”.



Fonte: Twitter, 2021.

Nesse *tuíte*, há duas vozes com dois dêiticos: **[eu]** *coloquei* e *estou me sentindo*. Entretanto, o [me] do segundo enunciado não se refere ao mesmo enunciador do primeiro, mas sim a um primeiro enunciado reportado. Esse enunciado se relaciona com outra enunciação, que se originou de uma entrevista<sup>18</sup> feita à TV Vanguarda, em 2017, em que Raquel Marques Silva, de seis anos, conta sua experiência de estudar em uma escola grande. Desde então, o bordão viralizou e foi deslocado para vários discursos, principalmente na internet, em forma de citação direta (como o *tuíte* acima) em forma de meme:

<sup>18</sup> Link da entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=rGxbRoB2lpl>

**Figura 14** - Captura de tela da entrevista de Raquel Marques à TV Vanguarda.



**Fonte:** YouTube, 2023.

Assim sendo, percebe-se uma dupla rede de referentes dêiticos, em que [me] tem seu valor relacionado à enunciação mencionada em  $E_0$ , enquanto o conjunto do enunciado, é estabelecido na enunciação de  $E_1$ , realizada pelo autor do *tuíte*.

### 3.2.4 Ironia em dimensão argumentativa

Na sociedade, a língua é utilizada de forma diferente e varia de acordo com as situações: no trabalho ou em casa, em contextos formais ou informais. Com a ajuda de uma competência retórica, pode-se falar ou escrever em quaisquer situações. Desse modo, a retórica se define como a arte de dizer. Para os sofistas, essa mesma arte seria a de falar bem, considerando-se que, para eles, a retórica era uma forma de poder e, antes de tudo, a arte de se expressar da melhor maneira possível. Aristóteles define posteriormente a retórica como um meio de comunicação cujo objetivo principal a ser atingido é o da persuasão, de modo que a arte de falar bem já não era o propósito de quem se debruçava sobre a retórica – não exclusivamente. A arte de saber se expressar resultou na arte de se comunicar, e essa abordagem aristotélica acresceu à retórica a noção da argumentação.

Desse modo, a retórica de Aristóteles corresponde aos artifícios de argumentar com o objetivo de passar ideias do locutor ao interlocutor e, portanto, de persuadi-lo. A partir de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, na obra

publicada em 1958, Tratado da argumentação: a nova retórica, a retórica é resgatada para constituir não mais um ornamento, mas sim um conjunto de técnicas de forte poder argumentativo. Para Perelman, um argumento pode convencer sem necessariamente fazer uso da lógica formal; a argumentação pode, pois, ser considerada como “um estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão das pessoas às teses que são apresentadas para seu assentimento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1989, p. 34). Perelman tem o objetivo de recuperar alguns princípios que fundam uma lógica de valores, normas e ação (idem, p. 17) dentro de uma situação comunicativa. Por este motivo, o auditório tem um papel fundamental dentro da argumentação: o locutor deve conhecer seus interlocutores e adaptar seu discurso a eles, o que permite que seja formada uma argumentação persuasiva.

A retórica como “método artístico” (MARQUES, 2011, p.271) relaciona-se ao ethos (imagem do locutor), ao páthos (emoção do auditório) e ao logos (estratégias discursivas). Em um nível mais pragmático, a retórica e a argumentação se cruzam. Como já dito, a retórica é historicamente encarada como um conjunto de regras que constituem a arte do bem dizer em determinada situação. A argumentação, por sua vez, objetiva a persuasão, que, para o locutor, é um meio pelo qual se torna possível defender sua opinião e influenciar o pensamento dos interlocutores. Maria Aldina Marques (MARQUES, 2011) percebe que a argumentação como persuasão está diretamente ligada à situação comunicativa e “orientada para uma dimensão pós-discursiva, do domínio do perlocutório” (MARQUES, 2011, p. 275), já que a persuasão consiste em acarretar a mudança de atitude do alocutário, isto é, o interlocutor. Por conta disso, pode-se afirmar que a nova retórica, ao propor um conceito de auditório, conta com a sua recepção, já que é objetivo do locutor persuadi-lo.

**Figura 15** – Ironia em dimensão argumentativa – crítica.



**Fonte:** Twitter, 2016.

Em 2016, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff acarretou seu afastamento do cargo de chefe de Estado. Rousseff foi acusada de “pedaladas fiscais”, ou seja, possíveis atrasos nos repasses de recursos do governo a bancos públicos para pagamentos sociais. À época, dois grupos se dividiam entre acreditar que havia sido justo e acreditar que havia sido golpe. As informações não apresentavam consistência e parte da população brasileira acreditava que o processo de impeachment não deveria ter acontecido. Anos mais tarde, em 2023, o ministro Luís Roberto Barroso afirmou que o impeachment de Dilma Rousseff se deu por falta de apoio político, e não por atrasos em repasses.

No caso do tuíte acima, considerando-se o tecnodiscurso relatado, percebe-se a ironia quando a locutora diz que o motivo do impeachment seria o fato de Dilma não gostar dos familiares dos deputados favoráveis ao golpe. A página MídiaNinja, por sua vez, corrobora o discurso do tecnodiscurso relatado. A intenção é, portanto,

criticar o golpe expondo argumentos inválidos e fracos frente à seriedade que deveria ter um processo de impeachment. Dessa forma, é observa-se a ironia servindo de vetor para a crítica. Assim como na ironia socrática presente nos diálogos de Platão, a página MídiaNijna e a locutora do tecnodiscurso relatado, Sarah, lançam mão de motivos exageradamente banais e fracos, o que configura a ironia como argumento para uma crítica.

A título de ilustração, no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, a ironia é definida, semelhantemente ao que já se disse aqui, como “a figura por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender”. À vista disso, no seu discurso argumentativo, o locutor irônico tem o objetivo de expor algo ou alguém ao escárnio dizendo o contrário do que ele realmente quer dizer. Este *contrário* pode estar presente no nível textual, mas também no nível do pensamento, isto é, da lógica. Isto, portanto, pressupõe uma interpretação que leva em consideração o contexto. A ironia não pode existir sem um contexto linguístico ou situacional. Embora ela seja produzida no nível da frase (isto é, lançando mão de recursos essencialmente linguísticos), a ironia será interpretada no nível do discurso, no qual será construída em duas fases: primeiro, no nível da produção e, posteriormente, no nível do recebimento. Para que a ironia seja entendida, é preciso que o locutor e interlocutores compartilhem as mesmas referências e práticas discursivas.

### 3.2.5 Ironia como polifonia

Oswald Ducrot, em sua obra *O dizer e o dito* (1987), mais especificamente no capítulo *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação*, retoma o conceito de Bakhtin e mostra que existe a possibilidade de mais de uma voz ser indicada em um mesmo enunciado. Ele distinguirá, pois, no enunciado, as marcas de sua enunciação. Dessa forma, a enunciação, que é definida como uma atividade de linguagem exercida por determinada pessoa no momento em que ela fala, isto é, o “produto da atividade do sujeito falante” (DUCROT, 1987, p. 168), deve ser entendida como um acontecimento que precisa ser descrito a partir do modo de presença do sujeito em determinado evento. Por conta disso, são distinguidas algumas formas de indicação do aparecimento do sujeito da enunciação.

Na teoria polifônica da enunciação esboçada em *O dizer e o dito* (1987), a ironia como polifonia é, ao lado da negação, um exemplo que reitera a pertinência

discursiva da percepção polifônica da enunciação. Em uma determinada enunciação, é possível que se perceba a presença de mais de um enunciador, ou seja, uma multiplicidade de vozes. Ducrot estabelece uma diferença entre o sujeito falante de um enunciado e outros seres do discurso que nele podem existir, como os locutores e enunciadores. Primeiramente, Ducrot distingue o locutor (ser do discurso) do sujeito falante (ser empírico). Nessa esteira, ele distingue, no interior da noção de locutor, o “locutor enquanto tal” (L) e o locutor enquanto ser do mundo ( $\lambda$ ). L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo essa propriedade.  $\lambda$  é uma pessoa “completa”, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado. No dizer de Ducrot, esse fato não impede que L e  $\lambda$  sejam seres do discurso, constituídos no sentido do enunciado, tendo um estatuto metodológico, portanto, totalmente diverso ao do sujeito falante – este último é dotado de condições psicofisiológicas para enunciar, isto é, capaz de realizar o trabalho muscular que permitiu a produção sonora das palavras. (DUCROT, 1987). Futuramente, em *Polifonía y Argumentación* (1990), o linguista faz uso somente das nomenclaturas L (locutor – responsável pelo enunciado), SE (ser empírico – autor efetivo do enunciado) e E (enunciador – origem do ponto de vista que o locutor apresenta).

Para Ducrot, para que um locutor (L) seja irônico, é necessário que ele apresente uma enunciação assumindo a posição de um enunciador. Sabe-se, no entanto, que este enunciado (E) exprime um ponto de vista contrário ao ponto de vista do locutor, uma vez que ele considera o ponto de vista do enunciador algo absurdo. Embora o locutor seja tomado como responsável pela enunciação, ele não é relacionado ao enunciado – origem do ponto de vista declarado na enunciação. A partir desse momento, a fim de ressaltar a diferença entre o locutor e o enunciador, Ducrot traz à tona o aspecto paradoxal conceituado por Berrendonner:

De um lado, a posição absurda é diretamente expressa (e não mais relatada) na enunciação irônica, e ao mesmo tempo ela não é atribuída a L, já que este só é responsável pelas palavras, sendo os pontos de vista manifestados nas palavras atribuídos a uma outra personagem, E (DUCROT, 1987, p. 198).

No que diz respeito ao enunciador, pode-se dizer que sua figura apresenta, então, a perspectiva do que se diz, diferenciando-se tanto do locutor, quanto do

sujeito – ser de palavra. Posto isso, nota-se que a polifonia ocorre nos níveis do locutor e do enunciador.

De uma maneira análoga, o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes. E sua posição própria pode se manifestar seja porque ele se assimila a este ou aquele dos enunciadores, tomando-o por representante (o enunciador é então atualizado), seja simplesmente porque escolheu fazê-los aparecer, e que sua aparição se mantém significativa, mesmo que ele não se assimile a eles [...] (DUCROT, 1987, p. 193).

Portanto, a noção de polifonia, nos termos de Ducrot, está ligada à diferenciação conceitual entre locutor e enunciador. O locutor é normalmente entendido como o responsável pelo enunciado, enquanto o enunciador, por sua vez, é aquele que, embora não “fale” de fato, tem seu ponto de vista expresso na enunciação. Por conta disso, Ducrot diz que a polifonia acontece quando o locutor atrai para seu ato de enunciação um ou mais enunciadores, que podem ou não se identificar com ele. É a partir desse conceito que a ironia será aqui tratada.



#### 4 TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIÇÃO DE DUCROT

Este trabalho busca estudar a o enfraquecimento da ironia aliado ao uso de explicitadores, mais especificamente o “só que não”. Para destrinchar a figura retórica, foi escolhida a teoria polifônica abordada por Oswald Ducrot (1987), já que a questão da multiplicidade de vozes aparenta ser mais elucidativa quando se trata de uma análise de ironia. Desse modo, faz-se necessário, antes de iniciar a análise do *corpus*, que seja aprofundada a teoria polifônica da enunciação.

Ao falar da Teoria Polifônica, de acordo com o capítulo *O esboço de uma Teoria Polifônica da enunciação* de Oswald Ducrot (1987), em sua obra *O dizer e o dito*, o primeiro pressuposto considerado diz respeito à unicidade do sujeito falante. Segundo Ducrot, por muito tempo a ideia de que cada enunciado tem apenas um autor foi pregada sem que houvesse questionamentos. Foi somente Bakhtin que, lançando mão do conceito de polifonia, evidenciou a necessidade do reconhecimento das várias vozes que falam simultaneamente nos textos literários, sem que uma prepondere sobre a outra; assim, começou-se a pensar que é possível ouvir mais de uma voz em um único enunciado. Ducrot afirma que

[...] esta teoria de Bakhtine, segundo meu conhecimento, sempre foi aplicada a textos, ou seja, a sequências de enunciados, jamais aos enunciados de que estes textos são constituídos. De modo que ela não chegou a colocar em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado isolado faz ouvir a única voz. (DUCROT, 1987, p. 161)

No capítulo sobre a Teoria Polifônica, Ducrot menciona uma pesquisa desenvolvida por Ann Banfield, especialista americana em linguística, e sugere que, ao mesmo tempo que se é proposto abandonar, também se torna um dogma intocável a questão do discurso indireto livre. Em seu estudo, a autora emprega o termo “sujeito de consciência” para revelar a pluralidade de sujeitos, que pode ser introduzida no enunciado. Porém, posteriormente, Banfield (1979) elabora dois princípios que descartam essa ideia; ela defende que só pode existir um “sujeito de consciência” e para discutir os casos e que o “sujeito de consciência” não é o autor empírico do enunciado, a autora diz que não há locutor nesses enunciados. Desse modo, Ducrot entende que Banfield começa a pesquisa sugerindo o “abandono” da unicidade do sujeito falante, mas a reestabelece com essas afirmações (DUCROT, 1987, p. 162).

Ducrot define a disciplina “pragmática linguística” (ou “semântica”) como sendo base para as suas pesquisas. Considerando-se a ação humana em geral como objeto da pragmática, o termo “pragmática da linguagem” serve para designar uma reflexão que diga respeito à ação humana realizada pela linguagem. Para ele, neste estudo há um problema que reside no questionamento a respeito da possibilidade de fazer uso de determinadas palavras para exercer uma influência, já que algumas delas, dependendo da circunstância, são altamente eficazes. Em sua observação, Ducrot menciona o centurião do Evangelho, que se surpreende por dizer “venha” ao seu criado, e ele de fato ir, obedecendo ao seu comando; a isso o autor relaciona os estudos de Bourdieu, afirmando que a pragmática da linguagem pode estar mais inserida no domínio da sociologia do que da linguística de fato. Por outro lado, coloca mais um problema em questão, mas que parece fundamentar-se no âmbito linguístico e que faz parte da pragmática linguística. Nesse caso, “não se trata mais do que se faz quando fala, mas do que se considera que a fala, segundo o próprio enunciado, faz” (p. 163). Para ilustrar, o autor aponta o caso da interrogação:

Utilizando um enunciado interrogativo, pretende-se obrigar, pela própria fala, a pessoa a quem se dirige a adotar um comportamento particular, o de responder, e, do mesmo modo, pretende-se incitá-lo a agir de uma certa maneira, se se recorre a um imperativo, etc. (DUCROT, 1987, p. 163)

A partir deste pensamento, Ducrot entende que essa incitação para agir ou essa obrigação de responder são determinadas como efeitos da enunciação, e que todo enunciado carrega uma qualificação de sua enunciação, constituindo, então, o sentido dele próprio. Para concluir esse pensamento, o autor afirma que o objetivo da pragmática linguística é conseguir, de acordo com o enunciado, mostrar o que é feito pela fala. Com isso, Ducrot sustenta a ideia de que é necessário descrever de forma sistemática as imagens e elementos da enunciação que são apresentados no enunciado.

Buscando sistematizar os elementos da melhor forma possível, Ducrot considera importante diferenciar as noções de *frase* e *enunciado*. Para ele, a frase é um objeto teórico, já que, para o linguista, ela não pertence ao domínio do observável, mas é considerada uma ciência da gramática. Já enunciado, ao contrário da frase, é considerado pertencente ao domínio do observável, já que pode ser entendida como uma manifestação de uma frase. Ducrot ressalta que não se

trata de uma manifestação qualquer, mas sim a manifestação *hic et nunc*, considerando-se a importância do lugar e do momento em que o enunciado foi proferido. Ainda, além de estabelecer as diferenças entre *frase* e *enunciado*, Ducrot apresenta três acepções que podem ser atribuídas ao termo *enunciação*. A primeira consiste na atividade psicofisiológica implicada pela produção do enunciado, a segunda funcionaria como produto da atividade do sujeito falante e a terceira seria o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado, sendo esta última é a acepção com a qual Ducrot concorda. Para o linguista, a realização de um enunciado pode ser considerado um fato histórico, dado seu caráter momentâneo de se dar existência a algo que não existia antes de se falar e que não existirá depois. Assim como fez com o par opositivo *frase/enunciado*, Ducrot também diz ser necessário introduzir a diferença entre *significação* e *sentido*. No que se refere a caracterizar semanticamente uma frase, tem-se o entendimento da *significação*; para o *sentido*, tem-se a caracterização semântica do enunciado.

A Teoria da Polifônica de Ducrot está fundamentada, principalmente, nas obras *O Dizer e o Dito* (1987) e *Polifonia y argumentación* (1990), e, conforme dito anteriormente, defende a ideia de que um mesmo enunciado tem vários sujeitos, os quais, por sua vez, têm estatutos linguísticos diferenciados: o sujeito empírico, o locutor e o enunciador (DUCROT, 1990, p. 20).

- Sujeito empírico (SE) – o autor efetivo, ou seja, o produtor do enunciado;
- Locutor (L) – o responsável pelo enunciado, ou seja, a pessoa a quem a responsabilidade pela enunciação é atribuída no próprio enunciado;
- Enunciador (E) – a origem dos diferentes pontos de vista que o locutor apresenta no enunciado, ou seja, o enunciador não é considerado uma pessoa, mas sim perspectivas diferentes.

Ducrot afirma, ainda, que o próprio locutor pode se reconhecer com alguns enunciadores, mas guardando alguma distância. Para exemplificar, o autor usa o discurso do humor e qualifica seu enunciado cumprindo três condições: entre os pontos de vista do enunciado, pelo menos um é absurdo; esse ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor; não se expressa nenhum ponto de vista contrário ao ponto de vista absurdos. Inclusive, nesta esteira, Ducrot afirma que, entre os enunciados humorísticos, ele chama de “irônicos” aqueles em que o ponto de vista é atribuído algum personagem do qual se deseja fazer troça. A respeito dos enunciadores, o teórico declara:

Chamo “enunciadores” estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhes atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras”(Ducrot, 1987, p.192).

Nesta teoria Ducrot, as noções de "locutor" e "ser empírico" aparentam, à primeira leitura, noções semelhantes, mas, na realidade, representam conceitos distintos que desempenham papéis específicos na análise do discurso. A diferenciação entre esses termos é essencial para compreender a complexidade da abordagem de Ducrot em relação à linguagem.

O locutor (L), na teoria polifônica, refere-se à voz que se manifesta em um determinado enunciado. Ducrot enfatiza que o locutor não é uma entidade estática ou singular, mas uma posição variável que pode se deslocar ao longo do discurso. Isso significa que diferentes enunciados podem ter locutores distintos, representando perspectivas e vozes diversas. A identidade do locutor é, portanto, fluida e depende das escolhas linguísticas feitas em um dado momento discursivo; cada enunciado reflete a posição adotada pelo locutor naquele contexto específico. Já o ser empírico (SE) é um conceito que se relaciona com a interface entre o enunciado e a realidade extralinguística. Ducrot argumenta que o ser empírico é a instância que possibilita a ligação dos enunciados com experiência concreta, conferindo-lhes sentido e relevância no contexto discursivo. Em resumo, enquanto o locutor se refere à manifestação momentânea do enunciadador em um dado enunciado, o ser empírico está relacionado à conexão entre linguagem e a realidade vivenciada.

## 5 A ESTRATÉGIA DE CONCESSÃO E SUA CONFLUÊNCIA COM A IRONIA

Neste capítulo, serão apresentadas as relações entre as conjunções concessivas e adversativas a partir dos estudos tradicionais de Azeredo (2011) e Cunha e Cintra (2017), além de explorar o estudo de Oliveira (2000) e as reflexões a respeito das “Relações discursivas ou argumentativas” para Koch (2004). Além disso, serão discutidas as semelhanças entre a estratégia da concessão e a ironia, fundamentando, portanto, a ideia de confluência entre esses dois elementos.

De acordo com Azeredo (2011), o conceito do termo *concessão* se estabelece a partir da ideia de que “um certo fato ou ideia é representado como um dado irrelevante para o conteúdo do restante do enunciado” (p. 333). Além disso, o autor menciona que a conjunção concessiva tende a esvaziar a força causal ou argumentativa do que é anunciado, fazendo com que o é dito na oração principal represente o contrário do que se espera (p. 334). Considerando-se a carga argumentativa e polifônica dos enunciados concessivos e adversativos, Azeredo afirma que

[...] algumas conjunções estão exclusivamente a serviço dos textos dissertativos de opinião; outras indicam basicamente relações circunstanciais próprias do discurso narrativo, mas podem assumir cumulativamente papéis relacionados à construção do discurso de opinião. (AZEREDO, 2011, p. 323)

Vale ressaltar que Azeredo usa os termos “contraste” quando se refere às concessivas dividindo-as da seguinte forma: contraste adversativo, que justifica assim chamar por se tratar de uma variante das estruturas adversativas por meio da construção *sem que + subjuntivo* ou *sem + infinitivo*, ambas com valor negativo; e contraste concessivo, cujo fato ou ideia é representado como um dado irrelevante para o conteúdo do enunciado.

Para Azeredo (2011), um conectivo de contraste introduz uma afirmação contrária ao que seria esperado considerando-se as pistas do enunciado. Como exemplo, ele usa a conjunção *embora*, que inicia com um argumento mais fraco e apresenta o que prevalece depois (p. 334):

- (1) O lutador derrubou todos os seus adversários **embora** fosse magrinho.
- (2) **Embora** os bombeiros agissem com rapidez, o incêndio ameaçava destruir toda a floresta.
- (3) **Embora** as aves da China não estejam mais proibidas, os consumidores continuam optando por produtos importados com medo da gripe do frango.

Azeredo comenta que, em (1), a aparência do lutador pode ser um indício do resultado final da luta, mas, ao ser introduzido pela conjunção concessiva, o conteúdo perde a importância. Em (2), para o autor, a agilidade dos bombeiros é insignificante em face do incêndio instaurado. Por fim, em (3), o fato de haver a liberação das aves na China é irrelevante para os consumidores, que continuam consumindo outros produtos. Para finalizar a reflexão acerca dos conectivos concessivos, Azeredo afirma que as concessivas esvaziam a força causal ou argumentativa enunciada, acarretando uma espécie de quebra de expectativa, já que o conteúdo principal da oração tende a representar o contrário do que se espera.

Cunha e Cintra (2017) afirmam que as conjunções são termos que “servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração” (CUNHA & CINTRA, p. 593, 2017). Eles dividem as conjunções em dois tipos: coordenativas, que relacionam termos ou orações com mesma função gramatical, e subordinativas, que ligam duas orações, levando-se em consideração o fato de que uma delas completa ou determina o sentido da outra.

Segundo Cunha & Cintra (2017), às conjunções subordinativas concessivas cabe o papel de introduzir uma oração subordinada em que se admite um fato contrário ao fato da oração principal, mas incapaz de impedi-lo. Observa-se que no capítulo dezoito, na seção sobre orações subordinadas adverbiais concessivas não há nenhuma consideração sobre o valor semântico-argumentativo que especificamente cada conjunção ou locução conjuntiva concessiva pode expressar.

No estudo sobre conexão em seu *A coesão textual*, Ingedore Koch (2004) distingue as “Relações Lógico-Semânticas” das “Relações discursivas ou argumentativas”. Inclui, por exemplo, no primeiro grupo a “relação de causalidade (p porque q)” (p. 69) e dá como exemplo de palavras responsáveis por sua realização tanto as tradicionalmente chamadas conjunções causais quanto as chamadas conjunções consecutivas. Isso faz sentido porque a causalidade é uma relação que

exige a presença de uma causa e de uma consequência: não há causa sem consequência, assim como não há consequência sem causa.

No grupo das relações discursivas ou argumentativas, a autora menciona a “contrajunção”, que é a relação “através da qual se contrapõem enunciados de orientações argumentativas diferentes, devendo prevalecer a do enunciado introduzido pelo operador *mas* (*porém, contudo, todavia* etc.)” (p. 73). A partir dessa noção de contrajunção será construído aqui o entendimento do conceito de concessão: estratégia argumentativa que consiste na apresentação de um argumento contrário à tese não para reforçá-la imediatamente, mas para enfraquecê-lo e, conseqüentemente, reforçá-la. O argumento contrário à tese é a concessão e o argumento favorável à tese é a restrição. Nesse sentido, cabe observar que, assim como na relação de causalidade não há causa sem consequência, na relação de concessão (contrajunção para Koch), não há concessão sem restrição.

A estratégia de concessão, tanto coordenativa como subordinativa, é uma das técnicas que podem ser utilizadas para refutar um argumento contrário à tese do locutor.

Na coordenação, o locutor apresenta não somente seu ponto de vista, mas também o ponto de vista do outro que é representada pelos enunciados do tipo *X mas Y*, tal que *X* é a concessão e *Y*, a restrição. Como um exemplo disso, pode-se tomar o seguinte enunciado:

*O Rio de Janeiro continua lindo, mas está muito violento.*

Nesse exemplo, é possível notar que existem dois argumentos. Um deles exalta a beleza da cidade do Rio de Janeiro, enquanto o outro apresenta uma informação mais relevante do que a primeira: a violência. O conector adversativo *mas* anuncia que a oração introduzida por ele terá um argumento mais forte, tendo, portanto, valor restritivo. No que diz respeito à subordinação, o locutor, através da estrutura concessiva, utiliza-se dessa estratégia argumentativa a fim de adotar provisoriamente a tese ou o argumento contrário, não para aceitá-lo, mas para enfraquecê-lo e, depois, apresentar um argumento mais forte.

Como exemplo, apresentamos o mesmo exemplo anterior, transformado em estrutura subordinativa, com um enunciado do tipo *Embora X, Y*, tal que, uma vez mais, *X* é a concessão e *Y*, a restrição:

*Embora o Rio de Janeiro continue lindo, ele está muito violento.*

No enunciado, a técnica de aceitação do argumento para enfraquecê-lo logo após é evidente: sabe-se que o Rio de Janeiro é uma cidade linda, mas, mesmo assim, a violência sobrepõe-se a beleza.

Considera-se, pois, a concessão como um recurso discursivo através do qual o argumentador concede razão a uma tese contrária à dele, ou a um argumento a ela favorável (OLIVEIRA, 2000, p. 85). Desse modo, confere-se a impressão de certa afinidade no que diz respeito ao ponto de vista contrário, para que seja possível, em seguida, citar um argumento mais forte em favor de sua tese, isto é, a restrição.

Na ironia, o argumento contrário ao argumento do locutor é exposto ao escárnio, na medida em que esse ponto de vista, falsamente, se apresenta como argumento do locutor. No entanto, em um determinado momento, o locutor se descola desse argumento e fica provado que o enunciador desse argumento não é o locutor, mas alguém ao qual o locutor é contrário. Conforme já se disse aqui, a concessão é uma estratégia argumentativa que consiste em o locutor trazer, para dentro da argumentação, um argumento contrário ao argumento dele, ou seja, um ponto de vista de um enunciador ao qual o locutor é contrário. Entretanto, ao contrário de um discurso irônico, existem articuladores gramaticais explícitos que fazem com que fique bem claro que houve uma concessão. É importante reiterar que, quando se fala aqui de “estratégia de concessão”, faz-se referência à articulação entre a concessão e a restrição, em que a primeira exprime um ponto de vista contrário ao do Locutor e a segunda exprime o argumento favorável a ele. Alguns dos articuladores são o *mas* e seus sinônimos: *porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto* (função de restrição), além do *embora* e seus sinônimos: *ainda que, apesar de (que), se bem que, mesmo que, não obstante* (função de concessão)<sup>19</sup>.

Assim, na concessão, é necessário que haja conectores explícitos e predefinidos (diferentemente, conforme dissemos, da ironia, cujos indícios são recuperados pelo interlocutor a partir de pistas textuais tão inéditas quanto o próprio texto que está sendo produzido). Quando o locutor traz para dentro da sua argumentação um argumento que é contrário a sua tese, será necessário que ele

---

<sup>19</sup> Da mesma maneira que não existe causa sem consequência, não existe concessão sem restrição.



apresente um argumento favorável a sua tese, mas que seja superior ao argumento do “argumento convidado” (enunciado), isto é, o ponto de vista contrário ao do locutor – ser de palavra. Os articuladores que se fazem presentes são os da restrição ou da concessão<sup>20</sup>.

Embora a ironia e a estratégia de concessão sejam abordagens retóricas distintas, há semelhanças notáveis em suas características e impactos na comunicação. Referências específicas podem ser limitadas, uma vez que a interpretação desses conceitos muitas vezes depende do contexto cultural e discursivo. No entanto, é possível destacar princípios gerais e conceitos discutidos por teóricos da linguagem e da retórica. Algumas ideias como subversão de expectativas, polifonia e refutação podem estar presentes tanto na concessão como na ironia.

Tanto a ironia quanto a concessão parecem ter em comum a capacidade de subverter as expectativas do interlocutor. A ironia faz isso ao expressar algo oposto ao que é realmente pretendido, enquanto a concessão reconhece o argumento oposto ao esperado por intermédio da conjunção que introduz o argumento mais fraco para, depois, refutá-lo. Ambas as estratégias operam em um nível duplo de significado. Enquanto a superfície da expressão pode ser literal, há uma camada, de certo modo, implícita que revela a verdadeira intenção ou atitude do falante. Para além, como será visto na parte de análise, a ironia e a concessão muitas vezes incorporam uma perspectiva crítica em relação ao tópico discutido. A ironia frequentemente usa uma discrepância sutil para criticar, enquanto a concessão reconhece pontos de vista opostos, muitas vezes com o objetivo de refutá-los posteriormente. Embora essas semelhanças possam ser observadas, é importante reconhecer que ironia e concessão são estratégias distintas, cada uma com suas nuances específicas e propósitos comunicativos. O que se discute neste trabalho consiste no encontro entre essas duas estratégias no momento em que se é explicitada uma ironia, ou seja, no momento em que se apresenta um argumento contrário ao do enunciador e, por intermédio de um elemento, tal argumento é refutado e um mais forte prevalece. No caso da ironia, para este trabalho, o

---

<sup>20</sup> Função dos conectores concessivos: enfraquecer o argumento; função dos conectores adversativos: fortalecer o argumento do argumentador. O argumento “vencedor” será sempre aquele feito pelo locutor, seja porque enfraquece o argumento convidado, seja porque eleva o argumento do argumentador.

elemento é o “só que não” e suas formas, enquanto na concessão os elementos são as conjunções de contraste.

A ideia inicial deste trabalho surgiu a partir da leitura de uma crônica de Antonio Prata que, inclusive, foi o ponto de partida para exemplificar e contextualizar a hipótese da explicitação da ironia. Para tanto, havia sido escolhida sua crônica “Guinada à direita”, publicada na *Folha de S. Paulo*, em 2013. Nessa crônica, conforme já dito, Prata ironicamente constata que o problema do país era uma “suposta supremacia dos negros, homossexuais, feministas, índios”, gerando uma polêmica entre os leitores. Por conta disso, Antonio Prata se viu na obrigação de responder a esses comentários com uma nova crônica, “Abaixo, a ironia”, em que explica que tudo o que foi dito não se passava de uma sátira do discurso furioso que ele identificava na direita brasileira:

Muita gente não entendeu: alguns se chocaram pensando que eu de fato acreditava que o problema do país era a suposta supremacia de negros, homossexuais, feministas, índios e o "poderosíssimo lobby dos antropólogos"; outros me chocaram, cumprimentando-me pela coragem (!) de apontar os verdadeiros culpados por nosso atraso. Volto ao tema para que não haja risco algum de eu estar reforçando as ideias nefastas que tentei ridicularizar (PRATA, 2013).

O caso de Prata nos mostra a força da “crise” da ironia e a ineficiência do leitor no momento de enxergar, em uma declaração absurda – com pistas de que é absurda –, a troça que faz com o discurso daqueles que se identificam como a “direita brasileira”. Depois de analisar os textos de Antonio Prata, começou-se a perceber traços de explicitação do discurso irônico nas falas dos jornalistas e escritores. Isto posto, a concessão está no mesmo espaço argumentativo da ironia: ambas carregam o argumento contrário ao argumento inicial do sujeito empírico. A diferença é que a concessão imediatamente apresenta uma restrição, enquanto a ironia apresenta uma pista de que o ponto de vista explicitado é contrário ao ponto de vista do sujeito empírico. Ao longo dos estudos do mestrado, optou-se por ilustrar essa percepção, a partir de *tuítes* selecionados em que os autores fazem uso da “ironia grossa” e da explicitação para evitar a má interpretação do leitor.

## 6 ANÁLISE DOS TUÍTES

Neste capítulo de análise, foram recolhidos tuítes em que o explicitador “só que não” aparece de várias formas, justamente para mostrar que não há, do ponto de vista do sentido, diferença quando se usa hashtag ou tão somente o sintagma. Conforme dito no capítulo “O discurso e o contexto digital”, a hashtag não exerce influência na interpretação da ironia; ao que parece, o único objetivo dela é mesmo explicitar a ironia. Além disso, busca-se mostrar as semelhanças entre as estratégias de ironia e as de concessão. Sabe-se, como mencionado no capítulo anterior, que ironia e concessão são estratégias distintas, mas que apresentam pontos em comum e que, adaptando-se enunciados irônicos, é possível transformá-los em períodos concessivos e adversativos, considerando-se a ideia de Koch (2004) de que, assim como não há causa sem consequência, na relação de concessão (contrajunção para Koch) não há concessão sem restrição.

Os tuítes foram selecionados visando contemplar alguns critérios, tais como:

- Para o *corpus* de análise, era necessário selecionar tuítes que contivessem as cinco formas encontradas: *só que não*, *sqn*, *#sóquenão*, *#soquenao*, *#sqn* (ou *#SQN*), para que fosse possível mostrar que não há diferença, do ponto de vista do sentido, entre hashtags e sintagmas;
- Pelo menos um tuíte deveria ser produzido por alguma pessoa conhecida, de que modo que fosse possível lançar mão do contexto e das condições de produção para analisar a ironia;
- Pelo menos um tuíte deveria ser produzido por anônimos, com textos autorais, de modo que a análise consistisse somente nos elementos do enunciado irônico produzidos pelo autor tuíte mesmo;
- Pelo menos um tuíte deveria ser produzido por anônimos, mas com alguma menção a algum enunciado que já fizesse parte da memória discursiva dos interlocutores e leitores, de modo que fosse possível, então, formar um enunciado irônico; e
- Pelo menos um tuíte, de preferência produzido por anônimos, deveria usar a ironia mencionando outra postagem (tecnodiscurso relatado).

Dessa maneira, a seguir serão apresentadas seis análises que buscam esquematizar os elementos da enunciação dos tuítes baseados na teoria polifônica de Ducrot e pretendem adaptar, a partir da esquematização dos elementos da enunciação, os pontos de vista das múltiplas vozes em sentenças que façam uso da estratégia de concessão.

## 6.1 Análises

**Figura 16** - Postagem do Twitter #sqn.



- Análise 1

No *tuíte* acima, observa-se uma imagem com uma legenda em inglês, traduzida por Manuela D'Ávila na postagem. Trata-se de um ambiente de corrida, em que há uma faixa de chegada e duas pessoas prestes a dar partida. Essas duas pessoas, no entanto, que deveriam ser consideradas iguais, tendo os mesmos direitos, são representadas por um homem branco, com terno – o que remete à imagem de um “homem de negócios bem-sucedido”, e por uma mulher negra com

um grilhão em seu tornozelo. Além disso, notam-se obstáculos muito maiores e mais complexos no caminho da mulher, ao passo que, no caminho do homem, os obstáculos presentes são os obstáculos esperados para esse tipo de corrida. O intuito dessa imagem é a crítica à questão de gênero e etnia na sociedade não só brasileira, mas mundial, considerando-se a notória a dificuldade de mulheres, principalmente negras, no que diz respeito a oportunidades de vida, emprego etc. Na imagem, além dos elementos gráficos, existe uma enunciação verbal: “Qual o problema? A distância é a mesma!” (aqui, traduzido do inglês). É importante ressaltar que o ato ilocutório interrogativo deve ser tomado, retoricamente, como uma asserção: “Não há problema.”. Considerando-se que um enunciado irônico sempre faz alusão a uma ocorrência evidentemente insustentável, a insustentabilidade da situação reside no fato de que houve ênfase na distância e omissão aos obstáculos enfrentados pela mulher. Neste passo, cabe expressar verbalmente a imagem (elemento não verbal), somando-a à enunciação verbal (“Qual o problema? A distância é a mesma!”). No caso dessa charge, o homem branco defende a tese de que homens brancos e mulheres negras são iguais; portanto, não há razão para discutir questão de gênero ou de etnia. A expressão verbal dessa charge resulta, dessa forma, em uma estrutura concessiva, que pode ser sucintamente representada assim: *Embora haja obstáculos, a distância é a mesma.*

Uma concessão, como se sabe, consiste na articulação de dois argumentos que se opõem: o argumento favorável à tese do enunciador e o argumento contrário a ela. O efeito discursivo de uma concessão é anular o poder do argumento contrário e enfatizar a virtude do argumento favorável.

Manuela d'Ávila é uma política brasileira que tem uma relação com os movimentos sociais do Brasil. Ela se envolveu com esses movimentos desde a juventude e, ao longo de sua trajetória política, constantemente defendeu suas causas e lutas, iniciando sua militância política ainda na adolescência, quando participou de movimentos estudantis e sindicais. Em 2004 foi eleita vereadora de Porto Alegre. Desde então, tem construído uma trajetória política voltada para a defesa dos direitos das minorias, dos trabalhadores e da população mais vulnerável.

Entre os movimentos sociais com os quais Manuela d'Ávila tem maior relação, destacam-se os movimentos feministas, LGBTQIAP+ e antirracistas. Ela tem sido

considerada uma das principais lideranças do movimento feminista no Brasil, atuando em lutas pela legalização do aborto, igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher.

Objetivando, pois, criticar mais uma vez o machismo, o sexismo e o racismo, Manuela D'Ávila replica a imagem com a tradução que diz “Qual o problema? A distância é a mesma”, seguido da *hashtag* #sqn. Há quem construa sua visão de mundo a partir do ponto de vista de que, de fato, o caminho é o mesmo e que não existe nem machismo, nem sexismo, nem racismo no mundo, tratando-se apenas de uma reclamação ao mesmo tempo insignificante e excessiva por parte de quem passa por essas situações. Há um embate argumentativo em que se tem a tese de que um homem e uma mulher estão em relação de igualdade: *existem obstáculos, mas a distância é a mesma*. Aliado a isso, tem-se o ponto de vista de Manuela D'Ávila, que é o contrário: (a) *A distância é a mesma, **mas** existem obstáculos*, justificando o uso do explicitador, que seria considerado o adversativo “mas”. Transformando este período em concessivo, pode-se notar o mesmo movimento da ironia: (b) ***Embora*** *a distância seja a mesma, existem obstáculos*, em que o argumento diferente do argumento do sujeito empírico é apresentado como mais fraco, introduzido pela conjunção concessiva *embora*, e o argumento mais forte é apresentado depois. Dito de outra maneira, observa-se que a distância pode ser a mesma, mas a despeito disso, há obstáculos que dificultam o percurso e culminam em um fracasso. Por isso, para, mais uma vez, reiterar a ironia da frase, D'Ávila se apoia na explicitação “#sqn”. Portanto, a negação do que foi dito antes e que evidenciada pelo “#sqn” consiste no argumento mais forte de que existem obstáculos e que há uma desigualdade explícita na situação.

Como se pôde observar, a partir da análise das condições de produção, a ironia de Manuela d'Ávila consiste na crítica ao machismo, sexismo e racismo. Para tanto, Manuela traduz a frase em inglês, sem usar aspas, de modo a incorporar um discurso contrário ao qual ela concorda. Nesse caso, nota-se, no dizer de Ducrot, que Manuela d'Ávila é o sujeito empírico (SE), já que ela replica a frase sem aspas, enquanto o Locutor (L) é voz com a qual ela discorda, mas a incorpora para que a ironia seja realizada, considerando-se o enunciador (E) o ponto de vista – entendido como absurdo – contrário ao ponto de vista do sujeito empírico.

- Análise 2

**Figura 17** - Postagem do Twitter “só que não”



**Fonte:** Twitter, 2022.

O tuíte acima tem como autor uma pessoa desconhecida e não tem menção a nenhum outro tuíte relacionado – ou tecnodiscurso relatado, como define Paveau (2022). Dessa maneira, saber as escolhas e opiniões prévias do autor não auxilia na análise. Entretanto, o tuíte começa com a declaração de que não há ônibus circulando na cidade, tampouco que tenham saído da garagem. Nota-se que se trata de uma afirmação categórica, já que há, inclusive, um mecanismo de reiteração quando se diz “Nenhum, digo, nenhum ônibus”. Esta afirmação, apoiada na reiteração, já passa ao interlocutor uma percepção de crítica e desaprovação ao sistema de transportes públicos de Teresina. O autor do primeiro enunciado, Fabricio, ao que parece, enquanto locutor, utiliza sua voz mesma, de sujeito empírico (SE) no início. Em contrapartida, no segundo enunciado, a voz do locutor, que antes era a mesma do SE, se transforma em um ponto de vista contrário ao seu e, incorporando-se um novo enunciado, percebe-se um novo enunciador: o que elogia a cidade à qual parecia sutilmente criticar no primeiro enunciado. Desse modo, o autor do tuíte faz uma menção positiva; ele, no entanto, usa a expressão *só que não* entre parênteses. Ou seja, “Bom dia, Teresina, cidade linda e maravilhosa” apresenta um ponto de vista contrário ao seu ponto de vista e, quando é dito “só que

não”, ele está apresentando um argumento que é superior ao argumento “cidade linda e maravilhosa”. Temos, portanto, a expressão *só que não* agindo como explicitação, elevando o argumento negativo a despeito da menção positiva feita por meio dos adjetivos “linda” e “maravilhosa”.

De início, tem-se “Nenhum, digo, nenhum ônibus em Teresina está circulando hoje ou saiu da garagem. Bom dia, Teresina, cidade linda e maravilhosa (só que não)”. Podem ser percebidos dois pontos de vista: o primeiro, que parece ser o ponto de vista do sujeito empírico e o segundo, que é o ponto de vista contrário ao do sujeito empírico. Entretanto, o primeiro ponto de vista é retomado quando a ironia é explicitada. Adaptando os enunciados para períodos que utilizem a estratégia de concessão, chega-se a um período como (a) *Teresina é uma cidade linda e maravilhosa, **mas** nenhum ônibus está circulando hoje ou saiu da garagem* ou (b) ***Embora*** *Teresina seja uma cidade linda e maravilhosa, não há nenhum ônibus que esteja circulando ou que tenha saído da garagem.* Desse modo, o argumento introduzido na concessão é mais fraco frente ao argumento introduzido na restrição seguinte: de que existe um problema e que ele é maior, no momento da enunciação, do que a beleza da cidade.

Dessa maneira, nesse segundo tuíte analisado, no dizer de Ducrot existem dois enunciadores (E): o que afirma categoricamente que não há ônibus circulando (E1) e o que elogia a cidade de Teresina (E2); o “só que não” retoma o ponto de vista do primeiro enunciador da enunciação e reforça o ponto de vista negativo. Os locutores (L) também são dois, já que um representa a voz do sujeito empírico (SE) mesmo, cujo ponto de vista se relaciona a (E1), e o outro incorpora um ponto de vista (E2) que, na enunciação, é contrário ao do SE.



- Análise 3

**Figura 18** - Postagem do Twitter “só que não”.



**Fonte:** Twitter, 2021.

No tuíte acima, observa-se a expressão “Bela, recatada e do lar”, que se tornou conhecida no contexto político brasileiro em 2016, durante o golpe contra a então presidente Dilma Rousseff. A expressão foi usada para descrever Marcela Tedeschi Araújo Temer, esposa do então vice-presidente Michel Temer. A frase foi originalmente utilizada em uma matéria da revista *Veja*, em abril de 2016, na qual Marcela Temer era apresentada como uma mulher que, segundo a publicação, seria uma "primeira-dama bela, recatada e do lar", destacando características que, na visão da revista, a diferenciariam da então presidente Dilma Rousseff. A intenção era a de criar um contraste entre as duas figuras femininas no cenário político.

A expressão gerou polêmica e debates sobre estereótipos de gênero, reforçando ideias controversas sobre o papel da mulher na sociedade. Muitas pessoas criticaram a formulação da frase por considerá-la redutiva e limitada, reforçando conceitos ultrapassados sobre o que é ser uma mulher "ideal" ou "adequada" para determinados papéis, mas outras concordaram e entenderam que a expressão valorizava a imagem da mulher. Parte dessa ideia de valorização da

mulher se apoia em pensamentos ligados ao machismo e à misoginia. Posto isso, no tuíte selecionado há a explicitação da ironia logo após essa expressão, mas antes de analisar a ironia, é necessário depreender, do conjunto da mensagens, alguns sinais que guiam a interpretação do contexto em que o autor do texto escreveu a postagem.

Considerando-se as noções de condições de produção, de formação discursiva e de memória discursiva, é importante observar que, no nome de perfil da autora, há a presença das bandeiras do Brasil e de Israel. Sabe-se que, desde as eleições de 2018, a bandeira do Brasil ganhou um significado diferente, devido ao uso de sua imagem durante as propagandas políticas pró-Bolsonaro. Nessa época, os eleitores de Jair Bolsonaro começaram a usar a bandeira do Brasil e a camiseta da seleção brasileira de futebol para demonstrar apoio ao candidato. Aliado a isso, havia uma forte influência de igrejas evangélicas sobre um grupo de eleitores do ex-presidente, já que muitos deles seguiam essa religião. Por conta disso, uma parte desse grupo acreditava que, a despeito de ser um país onde prevalece o judaísmo, ir contra Israel seria o mesmo do que ir contra a vontade de Deus. De acordo com uma reportagem do UOL, há algumas justificativas que sustentam essa ideia, dentre as quais, a mais citada pelo grupo, era a de que Jesus voltaria e libertaria Jerusalém do domínio dos “gentios”, ou seja, dos não cristãos. Dessa maneira, os apoiadores de Bolsonaro que seguiam essa religião costumam expor em suas redes sociais a bandeira de Israel.

Além das bandeiras, nota-se a presença de um tecnodiscurso relatado: o retuíte. Nesta reprodução de outra postagem, é possível observar fotos da Manuela D’Ávila, figura política já citada na primeira análise, com o texto “Manuela e seu passado”. Juntando os símbolos que marcam a posição ideológica da autora do tuíte com o retuíte, percebe-se que o ponto de vista de quem escreveu a postagem consiste em uma crítica à Manuela. É importante salientar que, conforme dito anteriormente, apesar de a expressão “bela, recatada e do lar” ser criticada negativamente por um grupo de pessoas, havia outro que entendia que ser bela, recatada e do lar significava ser uma boa mulher de boa índole e correta. Inclusive, três anos depois que essa expressão foi criada para Marcela Temer, ela voltou à cena com Michelle Bolsonaro, esposa do ex-presidente Jair Bolsonaro. Na reportagem para a Veja, Thedim e Mattos (2018) afirmam: “[...] a mulher do presidente eleito lembra muito a bela, recatada e do lar Marcela Temer: é bonita,

tímida, tem origem humilde, quase não fala em público e vive à sombra do marido.”. Considerando-se a figura da mulher de Bolsonaro, a qual muitas mulheres se inspiravam, ainda mais por ter, além dessas características, um laço muito forte com a religião evangélica, pode ser possível a hipótese de que a autora desse tuíte concorda com a ideia positiva de ser “bela, recatada e do lar”.

De todo modo, a despeito de concordar ou não com essas ideias positivas, em “Agora vem com uma imagem de ‘mulher conservadora’... acha que o POVO é igual a ela, que não tem memória... Hipócrita.”, há uma crítica ferrenha à Manuela, já que, no enunciado, encontram-se elementos depreciativos. Um deles é o uso de aspas em “mulher conservadora”. As aspas são marcas de heterogeneidade mostrada marcada no dizer de Authier-Revuz e podem, inclusive, marcar uma ironia, já que um dos objetivos desta pontuação é o de incorporar um discurso diferente do seu em um enunciado. As aspas em “mulher conservadora” passam uma impressão de que a autora do tuíte não acha, de fato, que Manuela D’Ávila possa ser uma mulher conservadora – que, ao que parece, se relaciona à imagem de “bela, recatada e do lar”. É interessante reparar nos *emojis*<sup>21</sup> que representam fortes risos; a risada pode ser até considerada, nesse caso, algo como deboche, sarcasmo. Além das aspas e dos *emojis*, há a presença do adjetivo disfórico “hipócrita”, o que confere um sentido de crítica negativa à Manuela.

Em novembro de 2020, o TER-RS ordenou que as redes sociais retirassem do ar reportagens e *links* falsos a respeito de Manuela D’Ávila. Na época em que este tuíte foi postado, D’Ávila era acusada de ter dito que “abortar é a única saída para não criar filho de vagabundo sozinha!” e de ter qualquer relação com Adélio Bispo de Oliveira, autor da facada a Bolsonaro em 2018. As *fake News* repercutiram e apoiadores do governo Bolsonaro começaram a criticar Manuela.

Adaptando esse tuíte para um período que lance mão da estratégia de concessão, pode-se chegar ao resultado: (a) [É] bela, recatada e do lar, **mas agora vem com uma imagem de “mulher conservadora”... acha que o povo é igual a ela, que não tem memória... Hipócrita** ou (b) **Embora [seja] bela, recatada e do lar, agora vem com uma imagem de “mulher conservadora”... acha que o povo é igual a ela, que não tem memória... Hipócrita**. Ou seja, a ironia consiste na negação da ideia de que D’Ávila pode ser uma mulher “conservadora”, como diz no tuíte.

---

<sup>21</sup> Ideogramas e imagens usados em mensagens eletrônicas, principalmente em redes sociais.

Levando-se em conta os elementos do tuíte, pode-se observar a multiplicidade de vozes em: “Bela, recatada e do lar” (E1); e em “Agora vem com uma imagem de ‘mulher conservadora’... acha que o povo é igual a ela, que não tem memória... Hipócrita” (E2), considerando-se estes dois os enunciadores (E), já que são pontos de vista diferentes. Há também a presença de dois locutores (L): a voz incorporada no primeiro ponto de vista (E1), e a voz incorporada no segundo ponto de vista (E2). Tendo em conta a análise contextual do tuíte, é possível inferir que o sujeito empírico (SE) é a voz incorporada em (E2), isto é, a autora do tuíte, mais uma vez, pode ser considerada como sendo a produtora do enunciado.

- Análise 4

**Figura 19** – Postagem do Twitter “SQN”



Fonte: Twitter, 2020

Neste tuíte, o prefeito Eduardo Paes cita diretamente uma imagem da capa do jornal O Globo, em que informa uma medida do então governador do Rio de Janeiro. À época, o Brasil enfrentava o surto do coronavírus, em meados de junho de 2020, quando Wilson Witzel decide afrouxar o isolamento no estado. A gestão da

pandemia da COVID-19 no Brasil foi marcada por diversas questões ideológicas e políticas que vieram à tona. Essas questões influenciaram as abordagens adotadas por diferentes autoridades, bem como as percepções da população sobre as medidas de combate à doença. Decisões relacionadas a *lockdowns*, uso de máscaras, distanciamento social e vacinação muitas vezes se tornaram alvo de debates polarizados, refletindo as divisões políticas no país. Ainda, a pandemia intensificou os conflitos entre diferentes instâncias governamentais no Brasil com discordâncias entre o governo federal e alguns governos estaduais e municipais. Isso se refletiu nas estratégias adotadas para enfrentar a crise, com algumas regiões implementando medidas mais restritivas enquanto outras buscavam uma abordagem mais flexível. Por fim, a relação entre a ciência e a política implicou tensionamentos entre a comunidade científica e o governo no que dizia respeito a estratégias que deveriam ser adotadas; divergências sobre o manejo da pandemia, a promoção de tratamentos sem comprovação científica e a resistência a seguir as recomendações de especialistas foram questões frequentes.

Essas questões ideológicas e políticas contribuíram para um ambiente complexo e desafiador durante a pandemia da COVID-19 no Brasil, o que implicava em manifestações como essa do prefeito Eduardo Paes.

Depois de entender, a partir da análise das condições de produção e de formação discursiva, é possível analisar o tuíte em questão. Percebe-se que há duas ironias explicitadas em uma única postagem, identificadas como SQN e SQN2. Nesse caso, pode-se observar o seguinte movimento: na primeira ironia, (a) *Aqui no Rio é que as autoridades estão superentrosadas no enfrentamento da pandemia, **mas a gente já não sabe o que pode e o que não pode*** ou (b) **Embora** aqui no Rio as autoridades estejam superentrosadas no enfrentamento da pandemia, a gente já não sabe o que pode e o que não pode fazer; e, na segunda ironia, (a) *Devem ser as diferentes correntes científicas, mas é duro* [difícil] ou *Embora seja duro* [difícil], *devem ser as diferentes correntes científicas*. É possível notar o jogo argumentativo entre o ponto de vista fraco e o ponto de vista forte.

Considerando-se teoria de Ducrot, observa-se que, neste tuíte, há a possibilidade de existirem três enunciadores (E): E1 – o ponto de vista de que as autoridades estão entrosadas; E2 – o ponto de vista de que devem ser as diferentes correntes científicas que confundem a população; E3 – o ponto de vista contrário aos dois, que nega a ideia por intermédio do SQN e dos outros enunciados “A gente

já não sabe o que pode e o que não pode” e “É duro!”. A respeito dos locutores (L), existem duas vozes distintas: L1, que corrobora o ponto de vista de que as autoridades estão entrosadas e o ponto de vista de que devem ser as diferentes correntes que confundem a população; e a L2, que parece ser a mesma voz do sujeito empírico (SE), já que discorda e nega os pontos de vista dos enunciadores E1 e E2 e concorda com o ponto de vista do enunciador E3.

- Análise 5

**Figura 20** – Postagem do Twitter “#soquenao”



**Fonte:** Twitter, 2023.

Neste tuíte, assim como no material das análises 2 e 3, o autor da postagem não é conhecido, mas, além da explicitação com “#soquenao”, confere aos leitores elementos que sugerem ironia. Nota-se no enunciado duas críticas diferentes: a de que a água fornecida pela concessionária Águas do Rio é de má qualidade porque tem aparência turva, e a de que o serviço privatizado, na verdade, não é competente, já que entrega água suja à população. Em abril de 2021, a Companhia

Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro (Cedae) foi leiloadada e grande parte dos blocos ofertados concederam o saneamento à iniciativa privada.

Dessa maneira, concessionárias têm o direito de comprar água do estado para distribuir à população. A concessionária Águas do Rio é responsável pela distribuição de água na capital e em outros municípios do estado. A privatização também é um assunto que gera conflitos, já que parte dos cidadãos defendem a ideia de que a iniciativa privada é benéfica por entenderem que isso atrairia uma melhora na infraestrutura e na eficiência da distribuição de água, mas uma outra parcela da população teme os aumentos das tarifas, a baixa qualidade do serviço e a perda de controle estatal sobre recursos essenciais e que, portanto, não apoia a privatização.

É possível perceber que sem o auxílio da imagem e da explicitação não seria possível afirmar que o enunciado é irônico, porque é altamente concebível um enunciado elogioso que diga *A cor da água entregue na torneira pela Águas do Rio aqui em casa mostra como é competente o serviço privatizado*. No entanto, levando-se em conta os sinais irônicos, é possível perceber que o ponto de vista da autora do enunciado é o de que o serviço de privatização é ruim e que a água entregue pela prestadora desse serviço é de má qualidade. Dito isso, pode-se adaptar o enunciado para (a) *A cor da água entregue na torneira pela Águas do Rio aqui em casa mostra como é competente o serviço privatizado, **mas** [hoje] ela saiu turva* ou (b) ***Embora** a cor da água entregue na torneira pela Águas do Rio aqui em casa mostre como é competente o serviço privatizado, [hoje] ela saiu turva*. É importante destacar que o ponto de vista do sujeito empírico só pôde ser depreendido por conta da imagem de um copo de água turva logo abaixo do comentário irônico.

Esquemmatizando a enunciação, segundo Ducrot, observa-se a presença de dois enunciadores (E): um cujo ponto de vista é o enfraquecido, ou seja, de que o serviço privatizado é competente; e outro cujo ponto de vista é fortalecido pela explicitação “#soquenao”. Há dois locutores (L), uma para cada ponto de vista e o sujeito empírico (SE) tem a mesma voz do locutor cujo ponto de vista corresponde ao fortalecido pela explicitação da ironia.

- Análise 6

**Figura 21** – Postagem do Twitter “#sóquenão”



**Fonte:** Twitter, 2023.

Neste último tuíte, é possível perceber uma espécie de ironia da ironia. Esse caso parece ser mais simples, já que não há nenhum contexto muito complexo que precise ser analisado antes de entender a ironia. Para que fique mais claro, a análise será dividida em duas; uma para cada tuíte.

No primeiro tuíte, é possível perceber a presença de três elementos que denunciam a figura de linguagem: as aspas na palavra “motorista”; a fotografia de um ônibus parado em cima da faixa de pedestres; e, evidentemente, o explicitador em sua forma “#sóquenão”. Como já visto na análise 3, as aspas podem marcar uma ironia, já que é possível lançar mão dessa pontuação com o intuito de



incorporar um discurso diferente do seu em um enunciado. Além disso, a fotografia mostrando o ônibus em cima da faixa de pedestre é um sinal de que o motorista, em tese, não parece ser competente por desrespeitar as leis do trânsito e bloquear a passagem das pessoas. Vale ressaltar que, considerando-se esses três elementos, é viável interpretar esse enunciado como uma crítica aos motoristas da companhia de transportes Internorte. Dessa maneira, quando se adapta o enunciado, tem-se: (a) *A Internorte tem motoristas superprofissionais, **mas** o ônibus está em cima da faixa de pedestres* ou (b) ***Embora** a internorte tenha motoristas superprofissionais, o ônibus está em cima da faixa de pedestres*.

Aqui, observa-se a presença de dois enunciadores (E): o ponto de vista de que a Internorte tem motoristas profissionais e o ponto de vista que questiona o profissionalismo dos motoristas por intermédio de “#sóquenão”, já que é concebível entender que, se o motorista não respeitou as leis de trânsito, logo ele não é profissional. Os locutores (L) são dois também, um para cada ponto de vista e o sujeito empírico (SE) tem a mesma voz do locutor que questiona o profissionalismo do motorista.

Agora, analisando o segundo tuíte, que menciona, em forma de tecnodiscurso relatado, a postagem anterior, é possível perceber uma discordância de pontos de vista. Ao que parece, já que ele está negando a negação, logo ele discorda do ponto de vista do sujeito empírico do tuíte anterior.

O autor desse segundo tuíte usa a expressão “tudo a ver”, locução cristalizada na língua portuguesa que significa que algo tem relação com alguma coisa, que tem sentido, etc. Quando é dito ironicamente que alguma coisa faz sentido, é porque, na verdade, não tem sentido. Por isso, nesse caso, o sujeito empírico dessa postagem discorda dos pontos de vista do enunciado anterior. Adaptando o esquema dos pontos de vista para uma sentença de estratégia concessiva, tem-se: (a) *O ônibus está em cima da faixa de pedestre, **mas** isso não justifica falta de profissionalismo* ou (b) ***Embora** o ônibus esteja em cima da faixa de pedestre, isso não justifica falta de profissionalismo*.

Dessa forma, o esquema dos elementos da enunciação consiste em dois enunciadores (E); um que concorda que faz sentido não ter profissionalismo por estar parado em cima da faixa de pedestre e um cujo ponto de vista é contrário, já que entende não ter relação o fato de bloquear a passagem e de ser um mau condutor. Os locutores (L) também são dois, um correspondendo a cada enunciador

e, enquanto sujeito empírico (SE), observa-se a mesma voz do locutor que não relaciona os fatos apresentados a falta de profissionalismo.

## 6.2 Comentário final sobre as análises

Essas análises tinham, dentre outros, o objetivo de mostrar as cinco maneiras de usar o explicitador *só que não*: enquanto sintagma puro *só que não*, enquanto sigla *sqn* (ou *SQM*) e enquanto hashtags *#sqn*, *#sóquenão* e *#soquenao*. Como foi percebido, o fato de ser ou não hashtag não impacta o sentido que se deseja ao explicitar; nesse caso, o importante é o movimento dos pontos de vista da ironia e sua confluência com o movimento dos pontos de vista de uma estratégia concessiva.

Além disso, foi possível observar a relevância de esquematizar os elementos da enunciação – nesse caso, pautando-se nos estudos de polifonia de Ducrot – para esclarecer e ilustrar a questão da multiplicidade de vozes. Pode-se dizer que o trabalho fica mais difícil quando não se tem noção do contexto e da condição em que o enunciado foi produzido – por isso, inclusive, que parece ser necessário utilizar o recurso da explicitação. Nos casos das análises, reconhecer os pontos de vista e as vozes diferentes tornou possível organizar as sentenças concessivas e restritivas. Embora se tenha discutido de maneira mais profunda a ironia, quando se pede para defini-la, o mais comum de se obter como resposta é aquela mencionada por Maingueneau: de que a ironia “consiste em dizer o contrário do que se quer fazer entender ao destinatário” (MAINGUENEAU, 2002, p. 330). Sabe-se que esta definição não contempla por inteiro a complexidade da ironia, mas, de maneira geral, a ideia primordial desta figura é a de negar um enunciado, tido como absurdo pelo locutor (nos dizeres de Ducrot, locutor – ser de palavra ou sujeito empírico).

Aliado à relevância dos elementos enunciativos, é importante salientar a necessidade de compreender noções da AD. Uma delas é a condição de produção que, segundo Orlandi (2001, p. 30), inclui o estudo do contexto sócio-histórico e ideológico. O conceito de memória também se insere na produção do discurso, isto é, a memória discursiva desempenha um papel importante no discurso quando ela “aciona” a produção discursiva (ORLANDI, 2001, p. 31). A saber, a memória, em relação ao discurso, pode ser entendida como um interdiscurso. Em outras palavras,

a memória discursiva funciona como um acervo de enunciados que se repetem e que formam uma regularidade discursiva que, então, recorre a significados através dos que já foram estabelecidos em outras enunciações. Entendendo discurso enquanto prática discursiva, também se faz necessário considerar que, já que textos são produzidos de formas particulares, eles são consumidos de formas particulares e em contextos sociais diversos, dependendo da da prática discursiva de cada interlocutor.

É importante lembrar que se chama, neste trabalho, de “estratégia de concessão” as sentenças restritivas e concessivas, pois, segundo Koch, nas “relações discursivas ou argumentativas” (2004, p. 71), há a presença da “contrajunção”, que é a relação “através da qual se contrapõem enunciados de orientações argumentativas diferentes, devendo prevalecer a do enunciado introduzido pelo operador *mas (porém, contudo, todavia etc.)*” (p. 73). A partir dessa noção de contrajunção, foi possível construir um entendimento do conceito de concessão: estratégia argumentativa que consiste na apresentação de um argumento contrário à tese não para reforçá-la imediatamente, mas para enfraquecê-lo e, conseqüentemente, reforçá-la. O argumento contrário à tese é a concessão, e o argumento favorável à tese é a restrição. Nesse sentido, percebe-se que, assim como na relação de causalidade não há causa sem consequência, na relação de concessão não há concessão sem restrição. Estruturando, portanto, essas sentenças e levando-se em consideração os pontos de vista, foi possível obter períodos restritivos e concessivos, o que reforça a ideia de que há pontos de semelhança entre a estratégia da ironia e a estratégia concessiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta dissertação resultam de reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa. Elas servem, portanto, como retomada dos pontos mais relevantes no desenvolvimento do trabalho e também como convite a novas investigações. Conforme dito no capítulo de Introdução, a metodologia desta pesquisa se baseia em uma reflexão a respeito dos assuntos que envolvem estudos da ironia, da análise do discurso e da estratégia de concessão que, ao final, servirão de suporte para análises das ocorrências da expressão “só que não” em postagens do Twitter. Dessa maneira, pode-se afirmar que esta dissertação tem como método de investigação a pesquisa qualitativa.

O objetivo do que se buscou desenvolver nesta dissertação consistia em estudar o que aqui se identificou como uma explicitação da ironia, sobretudo, para este trabalho, em postagens da rede social Twitter. Esse estudo se baseou na reflexão acerca da teoria polifônica de ironia, à luz das obras de Ducrot, aliada à noção de estratégia concessiva, em que se apresenta um argumento para enfraquecê-lo e depois, portanto, negá-lo. O uso da expressão “explicitação da ironia” resulta de uma percepção de que existe uma preocupação do sujeito empírico (o autor da enunciação) em dizer que há uma ironia em seu texto, alertando e conduzindo a leitura de forma que seja compreendido pelo interlocutor.

Como o tema central se baseia na discussão da ironia, foi necessário discutir, ao longo de um capítulo, a sua história e algumas diferentes perspectivas. Durante esses dois anos de curso, descobriu-se que a explicitação não é algo novo; em 1841 foi lançado o primeiro ponto de ironia. Com isso, buscou-se mostrar que a necessidade de explicar a ironia surgiu muito antes de qualquer rede social e que, agora, aparentemente, há novas maneiras de explicitá-las.

Ao longo da pesquisa, optou-se por usar postagens que contivessem a expressão “só que não” funcionando como explicitador. Ela começou a ser muito utilizada, sobretudo por jovens na rede social Twitter, além de ser usada também em outros textos veiculados on-line, como jornal eletrônico, crônicas. A expressão chegou a alcançar discursos orais, como os de telejornais, novelas, conversas informais etc. Como, ao que parece, o explicitador teve sua origem no Twitter, em forma de hashtag, ele foi o escolhido para ser analisado neste trabalho.

Considerando-se que a internet tem um facilitador no que diz respeito à distribuição, pode-se afirmar que esses textos irônicos chegam até mais leitores. Então, se a ironia é difundida e chega a muitos leitores, ela também é interpretada de diversas formas. Dessa forma, no arcabouço teórico dessa pesquisa foi preciso levar em consideração as condições de produção de determinado texto/discurso, ou seja, em que contexto, quando e por quem foram enunciados. Para tanto, lançou-se mão dos estudos da Análise do Discurso de corrente francesa para elucidar determinados conceitos discursivos. Além disso, já que o *corpus* de análise foi constituído de postagens da internet, tornou-se necessário discutir o discurso em um contexto digital. Alguns elementos do funcionamento do discurso on-line, principalmente as hashtags e o tecnodiscurso relatado eram importantes para o estudo dos tuítes. Aliás, pôde-se perceber – a despeito de ter sido criado no Twitter em formato de hashtag e considerando-se todas as suas funções – que o explicitador, do ponto de vista do sentido, não oferece impactos negativos à interpretação quando usado com outras configurações. Tanto em forma de hashtag, como em forma de sintagma ou de siglas, a expressão cumpre sua função de explicitar a ironia.

Para realizar as análises, foram usados como base as teorias polifônicas de Ducrot e a ideia das estratégias de concessão, trabalhada, em seu capítulo, à luz de definições de Azeredo (2018) e Cunha e Cintra (2017), aliadas às ideias de Koch (2004). Faz-se sempre necessário pontuar que, aqui, por “estratégia de concessão”, entende-se ser uma estratégia argumentativa que consiste na apresentação de um argumento contrário à tese não para reforçá-la imediatamente, mas para enfraquecê-lo e, conseqüentemente, reforçá-la. O objetivo das análises era mostrar como a esquematização da multiplicidade de vozes ajudava no momento de compreender os pontos de vista do enunciado, propiciando, pois, a sua adaptação a sentenças que fazem uso da estratégia de concessão.

Com essas análises, portanto, tornou-se perceptível a importância de estruturar os elementos da enunciação, utilizando os estudos de polifonia de Ducrot como referência, para esclarecer e exemplificar a questão da polifonia. O trabalho se torna mais desafiador quando não se tem uma compreensão do contexto e das condições em que o enunciado foi produzido, daí a necessidade aparente de empregar o recurso da explicitação. Nas análises realizadas, identificar diferentes pontos de vista e vozes permitiu organizar as sentenças concessivas e restritivas, de

modo que as semelhanças entre as estratégias de ironia e de concessão se encontrassem numa mesma instância: a de identificar pontos de vista para que, no final, o argumento mais forte prevaleça, enfraquecendo aquele que vai de encontro ao ponto de vista do sujeito empírico.

## REFERÊNCIAS

- ALLAIS, Alphonse. *Paupéromobilisme*. In. Ne nous frappons pas – La revue blanche, 1900 (p. 93 – 98). Disponível em: [https://fr.wikisource.org/wiki/Ne\\_nous\\_frappons\\_pas/Paup%C3%A9romobilisme](https://fr.wikisource.org/wiki/Ne_nous_frappons_pas/Paup%C3%A9romobilisme). Acesso em: 05 jan. 2023.
- AMOSSY, Ruth *L'Argumentation dans le discours : discours politique, littérature d'idées, fiction*. Paris: Nathan, 2000.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco* (Coleção Filosofia). Lebooks Editora. Edição do Kindle.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Hétérogénéité montrée et Hétérogénéité constitutive : éléments pour une approche de l'autre dans le discours*. Documentation et recherche en linguistique allemande contemporain - Vincennes, n.26, 1982. Parole multiple. Aspect rhétorique, logique, énonciatif et dialogique. p. 91-151;
- AVERSA, Leo. *Receita para educar adolescente*. O Globo – Cultura. 31 ago. 2021.
- AZEREDO José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2011.
- BERRENDONNER, Alain. *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris, Minit. 1981.
- CARTIER, Marine. *Un point c'est tout !* Imoramma – Genebra, 2018. Disponível em: <https://www.immorama.ch/articles/typographie/>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil, 2002.
- CUNHA, Celso ; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7.ed., reimp. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DOMINÉ, Jean-François. *Dumarsais, Des tropes ou des différents sens*. In: Mots, n°17, octobre 1988. Le "Gharib" au Liban. Les "disparus" en Argentine. Slogans en Belgique. "Classe" et "ordre". Lexies de bois. Le "temps lexical". pp. 234-235; Disponível em : [https://www.persee.fr/doc/mots\\_0243-6450\\_1988\\_num\\_17\\_1\\_1410](https://www.persee.fr/doc/mots_0243-6450_1988_num_17_1_1410). Acesso em: 15 out 2022.
- DUCROT, Oswald. *Polifonia y argumentación: Conferencias del seminario Teoria de la Argumentación y Análisis del discurso*. Universidad del Valle: Cali, 1990.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- ENCALADO, Jean-Claude. *Le point d'ironie d'Alcanter de Brahm*. La cause freudienne, 2005/2 (N° 60), p. 217-218. DOI : 10.3917/lcdd.060.0217. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-la-cause-freudienne-2005-2-page-217.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2008.

FUSCI, Tânia. *Ponto de ironia*. VEJA, Rio de Janeiro. 30 jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/noblat/ponto-de-ironia>. Acesso em: 20 dez. 2022.

G1. *'Me sentindo adorável'*: Veja como está a menina Raquel seis anos após virar meme. G1 - Vale do Paraíba. 12 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/02/12/me-sentindo-adoravel-veja-como-esta-a-menina-raquel-seis-anos-apos- virar-meme.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2023.

GADET, F.; HAK, T. (org.) Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

GOMES, Pedro Henrique. *'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus*. G1 – Brasília, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 23 jun. 2023.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUTCHEON, Linda. *The theory and politics of irony*. [S.l. :]Routledge, 2005.

KIERKEGAARD, S. A. *O conceito de ironia constantemente referido a Sócrates*. Tradução de Álvaro Luis Montenegro Valls. Petrópolis: Vozes, 1991.

KOCH, Ingedore. *A coesão textual*. 19.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LEAL, Cláudia. *Como Ziraldo, que faz 90 anos, uniu humor político a tato com crianças*. Folha de S. Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/10/como-ziraldo-que-faz-90-anos-uniu-humor-politico-a-tato-com-criancas.shtml>. Acesso em: 28 jul. 2023.

LONGHIN, Sanderléia. *A gramaticalização da perífrase conjuncional "só que"*. 2003. 212 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003a.

MARQUES, Maria Aldina. Argumentação e(m) Discursos. In: DUARTE, Isabel Margarida, FIGUEIREDO, Olívia (orgs.). *Português, Língua e Ensino*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

MICHAUX, Henri. *Ponctuaire*. Oupoli, Disponível em: <http://oupoli.fr/ponctuaire/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MITTMANN, Solange. *Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise*. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda. (org.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p.153-162

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. *Linguística do texto e descrição do português*. CADERNO DA PÓS-GRADUAÇÃO / UFRJ - EB/CEP, 2000.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3.ed. Campinas: Pontes, 2001.



PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. (org.). Costa, Julia Lourenço ; Baronas Roberto Leiser. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. [1975]. *A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas*. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-252.

PERELMAN, Chaïm. *Lógica jurídica*. Tradução Vergínia K. Pupi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 141

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, L. *The New Rhetoric: A Treatise on Argumentation*. University of Notre Dame Press, 1969.

PERELMAN, Chaïm, Lucie. *Tratado de la argumentación : la nueva retórica*. Madrid: Biblioteca Románica Hispánica – Editorial Gredos, 1989.

PERRIN, Laurent. *L'ironie mise en trope : du sens des énoncés hyperboliques et ironiques*. Paris : Éditions Kimé, 1996.

Platão. *Box Grandes Obras de Platão*. Mimética. Edição do Kindle.

PRATA, Antonio. *Abaixo, a ironia*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 10 nov. 2013. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2013/11/1369328-abaixo-a-ironia.shtml>. Acesso em: 21 set. 2022.

PRATA, Antonio. *Guinada à direita*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 3 nov. 2013. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2013/11/1366185-quinada-a-direita.shtml?cmpid=menutopo>. Acesso em: 21 set. 2022.

ROPERT, Pierre. *Une histoire de la ponctuation : point d'ironie et point de doute, la ponctuation poétique*. Radio France. Paris, 29 jul. 2021. Disponível em : <https://www.radiofrance.fr/franceculture/une-histoire-de-la-ponctuation-point-d-ironie-et-point-de-doute-la-ponctuation-poetique-6537190>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SPERBER, Dan . *Irony and the Use–Mention Distinction*. In P. Cole (Ed.), *Radical Pragmatics* (pp. 295-318). Academic Press. 1981.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *As ironias como menções*. Língua e Literatura, 97 v. 15, n. 18, p. 81-97, 1990.

THEDIM, F.; MATTOS, M. *Recatada, 2º capítulo*. VEJA – Política. 29 out. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/recatada-capitulo-2/>. Acesso em 24 nov. 2023.

VARELLA, Thiago. *Por que eventos bolsonaristas têm bandeiras de Israel e falas de apoio?* UOL – Eleições 2022, 08 set. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/08/por-que-eventos-bolsonaristas-tem-bandeiras-de-israel.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 23 nov. 2023.